

Relatório Anual 2016

★★★★★
GOVERNANÇA



**RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

A FEBRABAN

SUMÁRIO

PARTE I

APRESENTAÇÃO 4

MENSAGEM DO PRESIDENTE 6

1. A FEBRABAN 10

Quem somos

- Missão, Visão e Valores
- Principais produtos e serviços
- Planejamento estratégico
- Parcerias e compromissos
- Públicos de relacionamento
- Diálogos com a sociedade

2. GOVERNANÇA 18

Estrutura de governança

Capital humano

Consumo de energia

4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 56

Economia Verde e novos negócios

Programas de responsabilidade socioambiental

5. INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO (INFI) 64

Educação corporativa

Educação financeira

Conhecimento acadêmico

Certificação

3. DESTAQUES INSTITUCIONAIS 2016 32

Planos econômicos

Regulação prudencial

Autorregulação

Ambiente de crédito

Ambiente regulatório

Ambiente operacional

Relacionamento com clientes

Relações trabalhistas

PARTE II

6. DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO 68

Destaques do setor bancário 2016

Cenário econômico

Crédito

Juros e spread

Taxa de inadimplência e endividamento

Transações com cartões

Captação de recursos

Margem de crédito

Resiliência do setor bancário – Índice de Basileia

SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI 80 CRÉDITOS 82



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os principais produtos, serviços e atividades da FEBRABAN e, principalmente, seu compromisso em gerar valor compartilhado aos seus associados

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) publica, pelo nono ano consecutivo, seu relatório anual, tendo como inspiração as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A edição 2016 foi elaborada com base na GRI-G4, de acordo com a opção “Essencial”, destacando-se que os indicadores aqui relatados se referem apenas à FEBRABAN e não ao seu setor de atuação, a não ser quando indicado o contrário. G4-17 | G4-30 | G4-32

Para a definição do conteúdo aqui retratado, a entidade tomou como base temas priorizados em seu Planejamento Estratégico, os quais refletem demandas, desafios e expectativas dos representantes das instituições financeiras associadas. G4-18

Entre eles, estão agenda institucional e imagem pública do setor, autorregulação, impactos da revolução digital, melhoria do ambiente de crédito, regulação prudencial, relacionamento com clientes, relações trabalhistas, responsabilidade socioambiental e outros temas relevantes para a atuação da FEBRABAN no atendimento às demandas de seus stakeholders. G4-19 | G4-20 | G4-21 | G4-27

Este relatório contém princípios básicos da estrutura de relato integrado, como promover uma abordagem mais coesa dos recursos utilizados pela FEBRABAN para gerar valor nos curto, médio e longo prazos a seus principais públicos, associando determinados temas a aspectos de capitais social e de relacionamento; humano; e intelectual.

Temas relevantes para a atuação da FEBRABAN correlacionados aos capitais



Capital social e de relacionamento

Agenda institucional e imagem pública
Relacionamento com clientes



Capital humano

Relações trabalhistas



Capital intelectual

Autorregulação
Impacto da revolução digital no negócio bancário

Este relatório apresenta duas partes: a FEBRABAN e a dinâmica do setor bancário.

A primeira contém, em capítulos, o perfil organizacional, a estrutura de governança e os destaques institucionais em 2016, inclusive as atividades de responsabilidade socioambiental e do Instituto FEBRABAN de Educação (INFI).

A segunda traz informações sobre o setor bancário, como dados de operações de crédito, transações com cartões, captação de recursos, resultados da intermediação financeira, entre outros.

Esta edição do relatório anual traz o desempenho da FEBRABAN e de suas

atividades relativas ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O documento anterior referente ao exercício de 2015 foi publicado em 2016. G4-28 | G4-29

Em relação ao relatório anterior, não houve reformulações de informações nem alterações de escopo e limites de aspectos materiais. Tampouco houve qualquer alteração quanto à estrutura organizacional da FEBRABAN. Este documento não foi submetido à avaliação externa. G4-13 | G4-22 | G4-23 | G4-33

Dúvidas, comentários, sugestões ou críticas relacionados a este documento podem ser encaminhados pelo e-mail sustentabilidade@febraban.org.br. G4-31

MENSAGEM DA FEBRABAN

G4-1

Desde 1993, a Federação Brasileira de Bancos edita seu relatório anual com o objetivo de informar à sociedade sobre sua atuação como entidade representativa do setor bancário brasileiro. Durante esse período, ano a ano, procuramos registrar de forma sumarizada os principais fatos e o cenário macroeconômico nacional.

Diante do turbulento cenário de 2016, com a economia em recessão, incertezas políticas, elevado índice de inadimplência e a contração da demanda por crédito, o setor bancário enfrentou o desafio de garantir a liquidez e manter a solidez do sistema.

Durante o ano, em diferentes momentos, porta-vozes da FEBRABAN foram a público

apoiar os esforços do governo para reverter a queda no ritmo de atividades da economia e assegurar a disposição e a capacidade do setor para apoiar a eventual retomada do crescimento. Mais do que nunca, trabalhamos intensamente para reafirmar nossa visão em relação ao nosso papel na sociedade diante das dificuldades vividas pelo País.

Temas como crédito, principal atividade dos bancos, o comportamento das taxas de juros e a inadimplência, ao lado de avanços do setor, como as inovações tecnológicas e as ações na área da sustentabilidade socioambiental, estiveram intensamente presentes na agenda de 2016.

No âmbito da pessoa física, promovemos, por meio do Instituto FEBRABAN de Educação (INFI), campanhas de educação financeira voltadas, principalmente, para orientar sobre a oferta adequada de produtos e o uso consciente do cartão de crédito e do cheque especial. Essas ações reforçaram a estratégia das instituições de combate ao endividamento e diminuição da inadimplência.

Esse esforço foi complementado pelo lançamento do normativo de autorregulação SARB 17, que orienta a elaboração de procedimentos para aprimorar a adequação da oferta de produtos e serviços ao perfil dos consumidores.

A FEBRABAN participou ainda de mutirões de renegociação de dívidas promovidos por órgãos de defesa do consumidor, bem como

das mesas de diálogo e de conciliação promovidas por tribunais regionais de Justiça. Em 2016, inaugurou o Posto CEJUSC do setor bancário, no Fórum João Mendes Júnior, com o objetivo de reduzir a judicialização nos casos entre clientes, devedores e bancos, realizando acordos relativos a possíveis ações judiciais das varas cíveis, antes da citação dos bancos.

A presença histórica dos bancos no terreno da inovação ganhou novos capítulos neste ano. Iniciativas como o Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB) e a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária mostram os avanços no setor, que tem investido em áreas de ponta, como a biometria, para oferecer aos clientes maior comodidade, mais produtos e serviços com maior segurança e eficiência.

O setor bancário, à frente de uma revolução digital, tem buscado aproximação com as chamadas fintechs, empresas de pequeno porte, ágeis e criadoras de novos produtos e soluções no mercado financeiro. Em 2016, consolidou-se o uso dos canais eletrônicos, que já concentram a maior parte das transações bancárias, com a simplificação de processos e maiores ganhos de escala e produtividade.

Lançada neste ano, a Nova Plataforma da Cobrança trará maior facilidade de prevenção a fraudes e mais comodidade aos clientes, que passam a ter maior segurança e vantagens, como o fim de pagamentos em duplicidade e a possibilidade de pagar boletos após o vencimento em qualquer agência bancária integrada à base do sistema ou em um dos canais de atendimento, como

internet, mobile banking e caixas eletrônicos (ATMs).

Entre as iniciativas de destaque do setor, cabe mencionar a Câmara de Cessão de Crédito (C3), homologada no fim de 2016, que trouxe para o mercado maior transparência e segurança nas operações de cessão de crédito entre os agentes financeiros.

Outro aspecto relevante foi o intenso e ativo trabalho na área socioambiental, que mais uma vez levou os bancos à linha de frente no tratamento dos desafios inscritos na agenda de combate aos efeitos da emissão de carbono. Foram publicados trabalhos inéditos de orientação no setor: o “Guia para emissão de títulos verdes no Brasil” e o relatório “Mensurando recursos financeiros alocados para Economia Verde”.

Estamos confiantes de que daremos continuidade à realização de projetos inovadores, ao diálogo aberto com os diversos agentes do mercado e ao empenho para dotar de transparência as operações bancárias, reforçando a

missão da FEBRABAN que completa 50 anos voltados ao fortalecimento das instituições e ao desenvolvimento sustentável do setor e do País.

Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN



1. A FEBRABAN



Temos orgulho de ser uma instituição que participa efetivamente da evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

QUEM SOMOS

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), uma organização sem fins lucrativos, é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Seu quadro de associados conta com 121

instituições financeiras, que respondem por 93% do patrimônio líquido e 97% dos ativos totais de todo o segmento no Brasil. [G4-3](#) | [G4-6](#) | [G4-7](#) | [G4-8](#) | [G4-9](#)



MISSÃO [G4-56](#)

Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País, representando os seus associados e buscando a melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade.



VISÃO [G4-56](#)

Um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.




VALORES [G4-56](#)

- Promover valores éticos, morais e legais
- Valorizar as pessoas, o trabalho e o empreendedorismo
- Incentivar práticas de cidadania e responsabilidade socioambiental
- Atuar com profissionalismo e transparência
- Defender o diálogo, o respeito e a transparência nas relações com clientes e com a sociedade
- Valorizar a diversidade e a inclusão social

Com sede na cidade de São Paulo, a FEBRABAN tem entre seus objetivos permanentes representar seus associados em todas as esferas do governo, interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo, desenvolver iniciativas

para melhorar a produtividade do setor bancário e direcionar esforços para viabilizar o acesso da população a produtos e serviços financeiros, contribuindo, assim, para o fortalecimento do mercado e o crescimento do País. [G4-5](#) | [G4-8](#)



Ressalta-se que, em consonância com princípios de ética e integridade, a FEBRABAN mantém o Programa de Conformidade, que visa estabelecer regras de conduta para o cumprimento do disposto na Legislação Brasileira de Defesa de Concorrência, bem como identificar prontamente eventuais distorções, o que possibilita adotar prontamente as medidas necessárias.

O Manual de Conformidade com a Legislação Brasileira de Defesa da Concorrência, lançado em 2016, contém aspectos que ressaltam a importância do compliance na prevenção de infrações concorrenciais e o comportamento esperado dos colaboradores da FEBRABAN e de seus associados no que diz respeito às atividades da Federação. [G4-56](#)

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS [G4-4](#)

- Elaboração de estudos e notas técnicas relativas aos projetos de lei no Congresso Nacional
- Coordenação de iniciativas judiciais para a defesa do setor
- Posicionamento nas mídias sobre temas de interesse dos associados e da sociedade
- Representação dos bancos com as autoridades e entidades nacionais e internacionais
- Elaboração, divulgação e discussão com os reguladores de propostas que visam à eficiência do sistema e à minimização dos seus riscos
- Divulgação de informações sobre produtos e serviços bancários

- Coordenação de estudos, pesquisas e iniciativas que visem à melhoria da imagem do setor, do atendimento e das relações com os consumidores
- Implantação e gestão da autorregulação dos bancos
- Implantação de ações de responsabilidade social, sustentabilidade e de inclusão social
- Capacitação dos associados
- Realização de eventos de interesse dos associados e da sociedade
- Negociação do Contrato Coletivo de Trabalho do setor

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

[G4-2](#) | [G4-14](#)

O planejamento estratégico anual envolve a definição de temas estratégicos, projetos, orçamento e metas.

A primeira etapa do processo consiste na definição dos temas estratégicos pela Diretoria Executiva e sua aprovação pelo Conselho Diretor.

Desse processo, resultaram sete temas estratégicos para a atuação da FEBRABAN em 2017:

- Melhoria do ambiente de crédito
- Tributação do sistema bancário
- Relações trabalhistas
- Planos econômicos e índices de correção monetária
- Imagem pública do setor
- Regulação prudencial
- Impacto da revolução digital no negócio bancário

Uma vez definidos os temas estratégicos, inicia-se a etapa de planejamento detalhado dos projetos e do orçamento da FEBRABAN. Tal planejamento é liderado por uma diretoria da entidade com o apoio de um fórum técnico (Comissão Técnica, Subcomissão ou Grupo de Trabalho).

Os projetos são priorizados com base em quatro critérios: alinhamento estratégico, benefícios, mandatoriedade e complexidade de implantação.

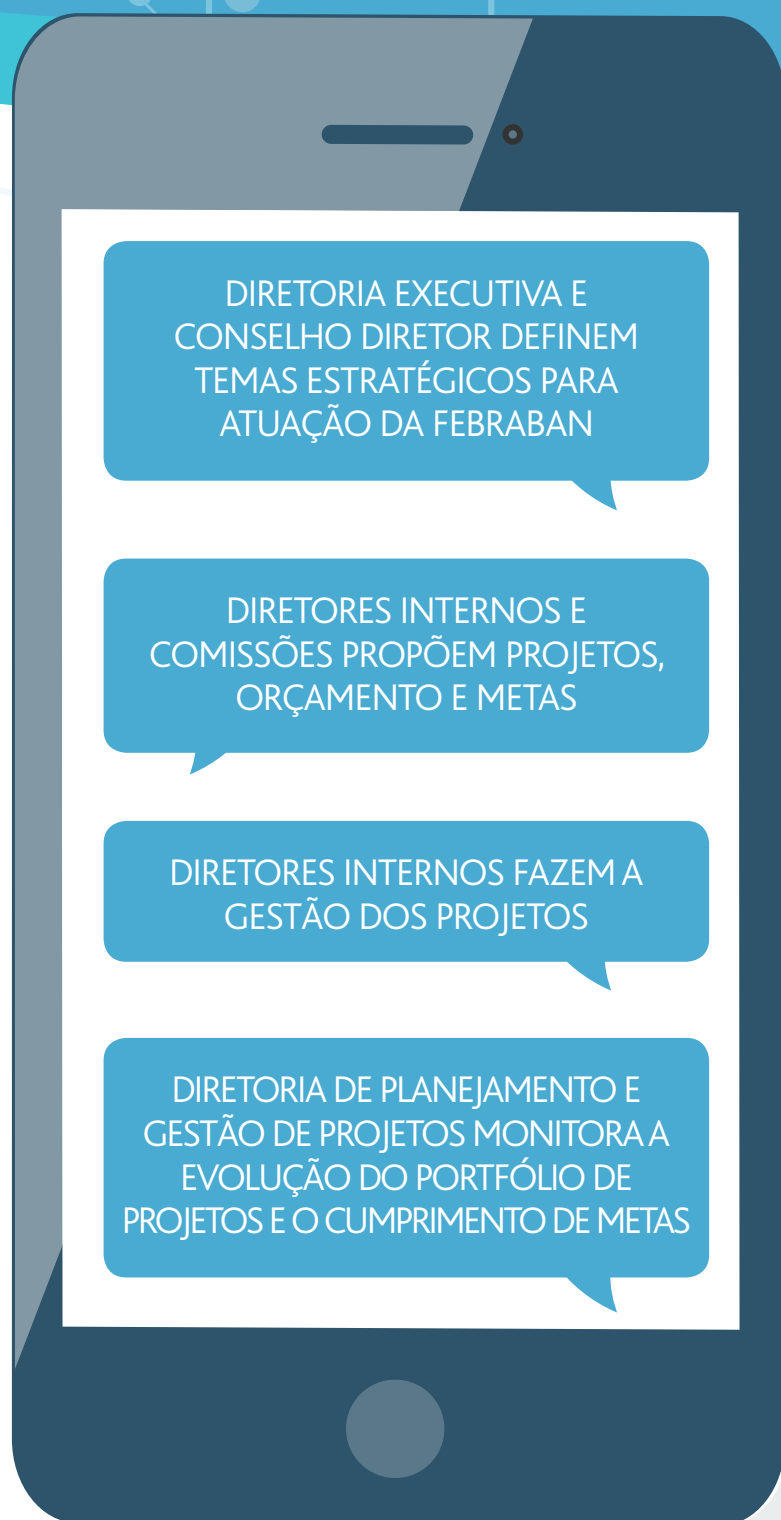
A Diretoria Executiva revisa o planejamento de projetos e a proposta de orçamento a fim de estabelecer o portfólio a ser considerado no planejamento estratégico.

Como última etapa do processo, são estipuladas metas para a FEBRABAN e cada uma de suas diretorias.

Temas estratégicos, projetos, orçamento e metas são submetidos para a aprovação do Conselho Diretor.

Uma vez concluído o planejamento, todos os projetos são continuamente monitorados e reportados em reuniões das Comissões e da Diretoria Executiva.

Confira ao lado o fluxo do planejamento estratégico:





PARCERIAS E COMPROMISSOS

G4-15 | G4-16

A FEBRABAN participa como membro de associações e organizações nacionais ou internacionais relacionadas ao seu setor de atuação e/ou mantém parcerias e compromissos que defendam temas comuns. Entre elas, destacam-se:

- Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN), na qual representa o setor financeiro brasileiro, o maior da região, em vários comitês.
- Comitê Gestor do Cadastro Empresa Pró-Ética, responsável por analisar pedidos de inclusão de empresas no cadastro e deliberar sobre a admissão, bem como promover atualização dos requisitos para integrá-lo.
- Conselho Consultivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que mantém o compromisso de aumentar capitais intermediados pelo setor financeiro global para uma economia de baixo carbono.
- Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), no qual o objetivo é definir planos, programas e ações e coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).
- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com diversos órgãos de diferentes esferas para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate desses crimes.
- Institute of International Finance (IIF), que reúne representantes da indústria financeira, de seguradoras, escritórios de advocacia, consultorias e reguladores, entre outros, de todos os países do mundo.

REGULADORES
DO SISTEMA
FINANCEIRO

PODERES
CONSTITUÍDOS

ENTIDADES
REPRESENTATIVAS
DA SOCIEDADE


FORMADORES
DE OPINIÃO

IMPRENSA

OUTROS SETORES
ECONÔMICOS

ORGANISMOS
INTERNACIONAIS

- International Banking Federation (IBFed), que agrega bancos da Europa, Ásia, África, Oceania, América do Norte e América do Sul – o Brasil é o único país convidado a participar dessa federação.
- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), que reúne diversas instituições, como bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae), que tem, entre suas atividades, planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micros e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente aquelas relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica.



Em 2016, após sua modernização, o Portal Febraban atingiu 405 mil acessos ao mês, crescendo 138% em relação ao ano anterior (170 mil acessos/mês).

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

G4-25 | G4-26 | G4-27

A FEBRABAN busca estar sempre próxima de seus stakeholders por meio de canais de informação e interação, da participação e realização de eventos, da condução e divulgação de estudos e estatísticas do setor bancário, entre outros.

O Portal FEBRABAN na internet tem a função de aproximar a instituição de seus associados por meio da prestação de serviços e compartilhamento de informações e orientações, bem como divulgar atuação do setor bancário no mercado e possibilitar melhor atendimento e esclarecimento do público demandante.

A FEBRABAN realiza diversos eventos por ano com a abordagem de temas de interesse de seus associados e demais públicos, como reguladores, economistas,

acadêmicos, advogados, administradores, profissionais de tecnologia da informação e especialistas em suas áreas de atividades.

Alguns deles, como o Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (Ciab), são reconhecidos como fóruns de excelência na discussão dos temas mais importantes e atuais e como palco de lançamento das principais soluções disruptivas de seus setores.

Outros, como o Seminário de Relacionamento com Clientes (Semarc), o Congresso Internacional de Gestão de Riscos e o Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, vêm se firmando ano após ano e atraindo um público cada vez mais qualificado e diversificado.



Em 2016, a FEBRABAN promoveu 35 eventos, com 22.241 participantes, que contribuíram para o fortalecimento de sua imagem e do setor que representa. As palestras realizadas e autorizadas para divulgação estão disponíveis em portal.febraban.org.br/eventos.

A equipe de eventos da FEBRABAN trabalha incessantemente em busca da excelência e dos melhores resultados. Após o término dos eventos, realiza pesquisas que buscam avaliar a percepção dos participantes quanto ao conteúdo técnico e à organização, bem como planejar ações de melhoria para as futuras edições. Em 2016, 96% do público avaliou os eventos como ótimo e bom. G4-PR5

O 26º Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (Ciab) contou com três mil congressistas, mais de 17 mil visitantes e 224 palestrantes, tendo debatido temas como a “Cultura digital transformando a sociedade” e a “Experiência do usuário”, entre outros de interesse do setor

2. GOVERNANÇA

A FEBRABAN mantém uma trajetória marcada por projetos transformadores, em que o capital humano faz toda a diferença para dotar o sistema bancário de condições e ferramentas necessárias ao seu aperfeiçoamento



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA G4-34

A estrutura de governança da FEBRABAN reúne conselhos, compostos por representantes dos bancos associados e de outros setores econômicos, e diretorias formadas por profissionais que atuam em contato direto com esses segmentos.

A FEBRABAN lidera 25 Comissões Técnicas: 15 Comissões Executivas e 10 Comissões Setoriais, que desenvolvem estudos e atividades que orientam as práticas da entidade e de seus associados.

Esses fóruns funcionam permanentemente sob a coordenação de um diretor da entidade e de um(a) diretor(a) setorial, pertencentes ao quadro de funcionários de um dos associados, e supervisionados pela Diretoria Executiva. Além destes, há Subcomissões e Grupos de Trabalho para exame de temas específicos com foco no aprimoramento da governança do sistema bancário em benefício da sociedade.

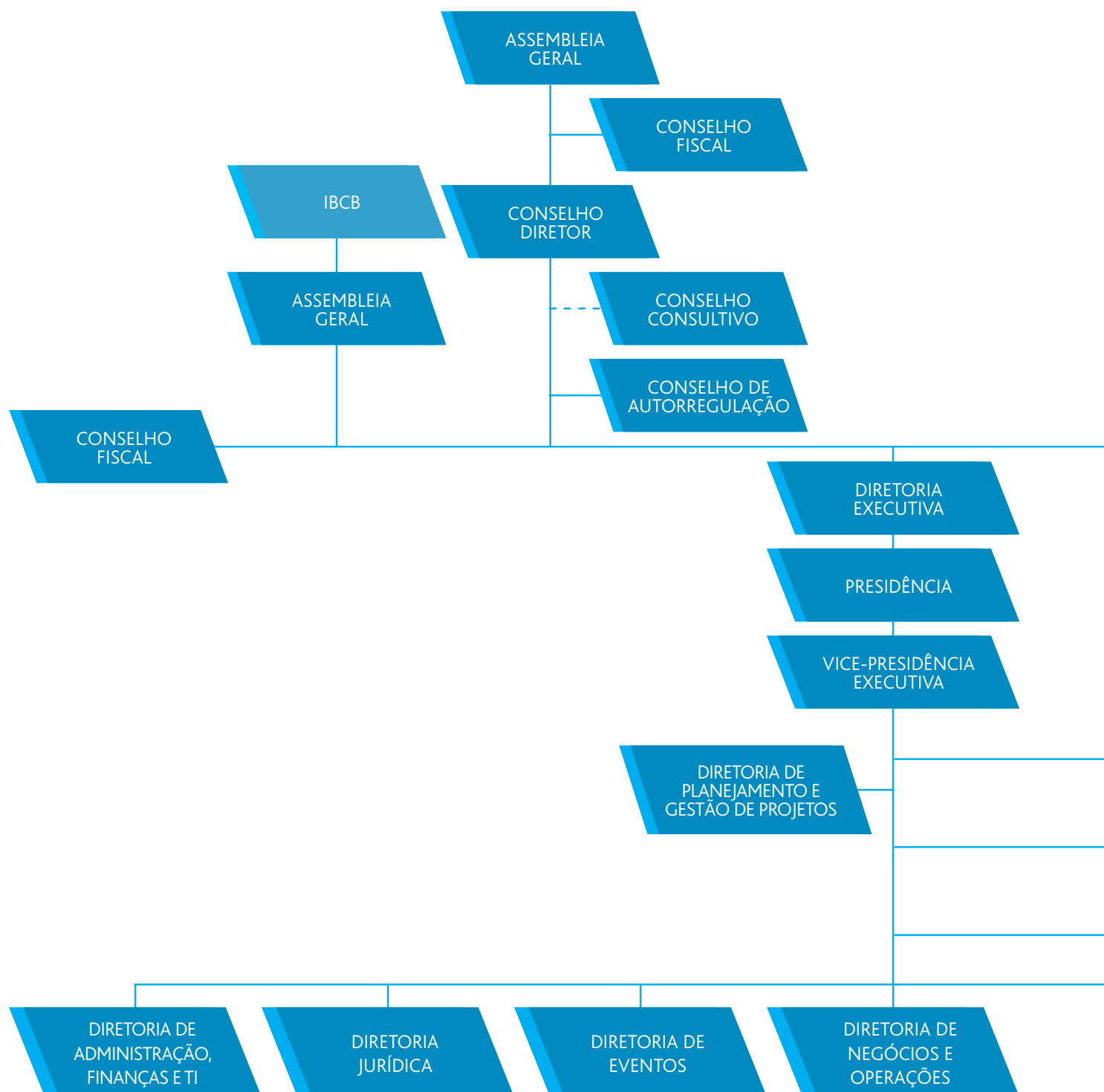
Faz parte também da estrutura geral da FEBRABAN, a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), o braço sindical do sistema financeiro, que representa os associados em todas as questões trabalhistas. Seu papel estatutário é contribuir para a modernização das relações entre capital e trabalho no setor bancário e representar os sindicatos patronais nas negociações dos acordos coletivos de âmbito nacional.

As instituições integrantes dos Conselhos, da Diretoria Executiva, das Comissões Técnicas e dos Grupos de Trabalho estão disponíveis em portal.febraban.org.br, em Nossa Estrutura.



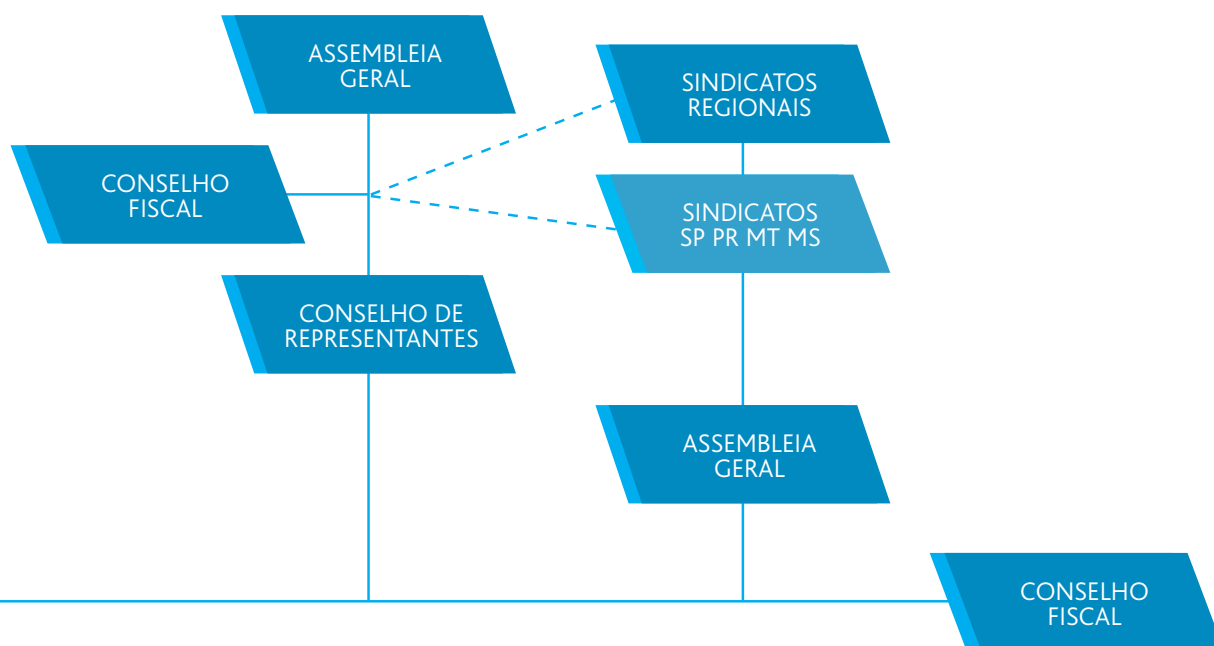
FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos



FENABAN

Federação Nacional dos Bancos



CENTRAL DE EXPOSIÇÃO
A DERIVATIVOS (CED)

DIRETORIA DE
AUTORREGULAÇÃO

INSTITUTO FEBRABAN
DE EDUCAÇÃO (INFI)

DIRETORIA DE
REGULAÇÃO PRUDENCIAL,
RISCO E ECONOMIA

DIRETORIA DE
RELAÇÕES DO
TRABALHO

DIRETORIA
DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS

DIRETORIA DE
COMUNICAÇÃO



ASSEMBLEIA GERAL

Formada por representantes das instituições associadas à FEBRABAN.

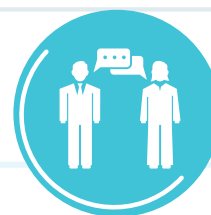
Máxima instância decisória, delibera sobre propostas dos órgãos de administração.



CONSELHO DIRETOR

Composto por representantes das instituições associadas, reúne o mínimo de 18 e o máximo de 30 integrantes, com mandato de três anos.

Estabelece a orientação geral das atividades da FEBRABAN e sua correta execução.



CONSELHO CONSULTIVO

Composto por 16 conselheiros: sete do sistema bancário público e privado; e nove de outros setores produtivos, da sociedade civil e com reconhecido saber em áreas de interesse da entidade, com mandato de 18 meses.

Manifesta sobre temas por convocação do seu presidente.



CONSELHO FISCAL

Composto por três membros efetivos e três suplentes, com mandatos de três anos.

Fiscaliza a gestão administrativa.

Acompanha a auditoria interna contratada.

Examina as demonstrações financeiras, as cartas e o relatório anual de gestão.



CONSELHO DE AUTORREGULAÇÃO

Composto por representantes dos bancos associados e da sociedade civil, com mandato de três anos.

Possui caráter normativo e de administração do Sistema de Autorregulação Bancária.

Edita normativos e estabelece diretrizes, políticas, regras e procedimentos de autorregulação.

A definição da gestão estratégica da FEBRABAN cabe ao Conselho Diretor, composto por representantes dos bancos



DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por um presidente e um vice-presidente executivo, indicados pelo Conselho Diretor, bem como por até 15 diretores eleitos entre administradores estatutários das Associadas Nível I¹; e por até cinco diretores representantes das Associadas Nível II², com mandato de três anos.

Compete à Diretoria Executiva cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Diretor, sendo responsável pela administração e gestão das atividades da FEBRABAN.

1. Instituições financeiras bancárias, com atuação no território nacional.
2. Entidades financeiras ou empresas com atividade congênere ou complementar à atividade bancária.



COMISSÕES TÉCNICAS

Compostas por Comissões Executivas e Comissões Setoriais, sob a responsabilidade, respectivamente, de um diretor da FEBRABAN e de um diretor setorial (titular e suplente).

Compete às Comissões desenvolver estudos e atividades, bem como encaminhar soluções que envolvem demandas de seus associados e do setor financeiro nacional.

Com sua expertise, a FEBRABAN desenvolve soluções inovadoras com base em diferentes demandas e prioriza as que geram maior valor



DIRETORIAS

DIRETORIA DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL, RISCOS E ECONOMIA

COMISSÕES

- AMBIENTE DE CRÉDITO
- ASSUNTOS CONTÁBEIS
- AUDITORIA INTERNA
- COMPLIANCE
- GESTÃO DE RISCOS
- NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

DIRETORIA DE AUTORREGULAÇÃO

COMISSÕES

- OUVIDORIA E RELAÇÕES
COM CLIENTES
- SACs

DIRETORIA JURÍDICA

COMISSÕES

- ASSUNTOS JURÍDICOS
- TRIBUTÁRIA

DIRETORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COMISSÃO

- RECURSOS HUMANOS

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

COMISSÃO

- COMUNICAÇÃO

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

COMISSÃO

- RESPONSABILIDADE SOCIAL E
DE SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE NEGÓCIOS E OPERAÇÕES

COMISSÕES

- ASSUNTOS DO BNDES
- CRÉDITO CONSIGNADO
- CRÉDITO RURAL
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- INOVAÇÃO
- OPERAÇÕES DE TESOURARIA
- PREVENÇÃO À FRAUDE
- PRODUTOS BANCÁRIOS PF
- PRODUTOS BANCÁRIOS PJ
- RELAÇÕES COM PODER PÚBLICO
- SEGURANÇA BANCÁRIA
- TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO BANCÁRIA



COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÕES EXECUTIVAS

- AMBIENTE DE CRÉDITO
- ASSUNTOS JURÍDICOS
- CRÉDITO CONSIGNADO
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- GESTÃO DE RISCOS
- INOVAÇÃO
- OPERAÇÕES DE TESOURARIA
- PREVENÇÃO À FRAUDE
- PRODUTOS BANCÁRIOS PF
- PRODUTOS BANCÁRIOS PJ
- RECURSOS HUMANOS
- RELAÇÕES COM PODER PÚBLICO
- SEGURANÇA BANCÁRIA
- TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO BANCÁRIA
- TRIBUTÁRIA

COMISSÕES SETORIAIS

- ASSUNTOS CONTÁBEIS
- ASSUNTOS DO BNDES
- AUDITORIA INTERNA
- COMPLIANCE
- CRÉDITO RURAL
- COMUNICAÇÃO
- NEGÓCIOS INTERNACIONAIS
- OUVIDORIAS E RELAÇÕES COM CLIENTES
- RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE SUSTENTABILIDADE
- SACs

CAPITAL HUMANO

A FEBRABAN conta com uma equipe de funcionários caracterizada pela qualidade e eficiência em suas áreas de atuação e pelo profissionalismo na execução do papel da Federação. Todos se encontram na sede da Federação em São Paulo. Com exceção dos estagiários e aprendizes, todos são contratados por tempo indeterminado e em período integral. [G4-10](#)

A Federação mantém os mecanismos de análise de desempenho e meritocracia, com base nas metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. A avaliação de desempenho é anual e abrange 100% dos funcionários, com feedback informal, quando necessário, e formal no momento da avaliação. [G4-LA11](#)

Todos os funcionários têm à disposição um leque de benefícios composto por assistência médica, licença-maternidade/paternidade, previdência privada complementar, seguro de vida, assistência funeral, vale-refeição, vale-alimentação e vale-transporte. [G4-LA2](#)

Os colaboradores também contam com o Portal RH, que permite acessar dados cadastrais e consultar documentos, demonstrativos de pagamentos, calendário de férias, informe de rendimentos e histórico salarial, entre outros.

No fim de 2016, a estrutura da FEBRABAN contava com 115 funcionários CLT (63 mulheres e 52 homens), 100% cobertos por acordos de negociação coletiva; cinco estagiários (três mulheres e dois homens) e dois aprendizes (ambos homens), um total de 122 colaboradores; além de 14 profissionais terceirizados (nove mulheres e cinco homens). [G4-9](#) | [G4-10](#) | [G4-11](#)

Em 2016, cinco profissionais usufruíram de licença-maternidade/paternidade (quatro mulheres e um homem) e apenas uma funcionária não permaneceu no trabalho após o término do direito, o que corresponde à taxa de retorno e retenção, respectivamente, de 75% e 100%. [G4-LA3](#)

Ressalta-se que fazem parte da estrutura funcional da organização o Instituto FEBRABAN de Educação (INFI), com 13 funcionários CLT (oito mulheres e cinco homens), em que apenas uma colaboradora tirou licença-maternidade, com retorno ao trabalho após o término do direito (100%); e a Central de Exposição de Derivativos (CED), com três funcionários (uma mulher e dois homens). Todos também são contratados em regime integral e 100% cobertos por acordos de negociação coletiva, bem como usufruem dos benefícios e recebem avaliação de desempenho. [G4-10](#) | [G4-11](#) | [G4-LA2](#) | [G4-LA11](#)

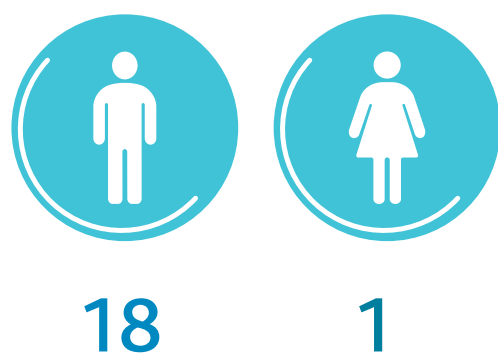
Confira a composição do quadro funcional nas tabelas a seguir.

Indivíduos responsáveis pela governança, por gênero (2016) G4-LA12

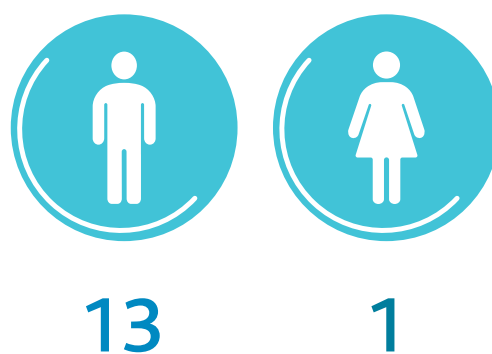
CONSELHO CONSULTIVO



CONSELHO DIRETOR



DIRETORIA EXECUTIVA



19 **Total** **14**

Perfil do público interno G4-10

FORÇA DE TRABALHO	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Funcionários CLT	63	52	8	5	1	2
Estagiários	3	2	0	0	0	0
Aprendizes	0	2	0	0	0	0
Terceirizados	9	5	0	0	0	0
Total	75	61	8	5	1	2

Número de colaboradores por categoria funcional e por gênero

CATEGORIA FUNCIONAL	FEBRABAN			INFI			CED		
	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Diretoria	12	1	11	1	0	1	1	0	1
Gerência	13	3	10	1	0	1	0	0	0
Coordenação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Técnico	39	20	19	0	0	0	2	1	1
Administrativo	50	38	12	11	8	3	0	0	0
Total	115	63	52	13	8	5	3	1	2

Número de colaboradores por gênero e faixa etária

FAIXA ETÁRIA	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Abaixo de 30 anos	15	8	4	1	0	0
De 30 a 50 anos	43	26	4	2	1	1
Acima de 50 anos	5	18	0	2	0	1
Total	115		13		3	

Número de colaboradores por nível de escolaridade

CURSO	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Mestrado/Doutorado	3	2	0	1	0	0
Pós-Graduação	20	23	1	1	0	0
Pós-Graduação incompleto	0	0	0	0	0	0
Superior completo	24	21	4	2	1	1
Superior incompleto	8	2	2	0	0	1
Ensino Médio	8	3	1	1	0	0
Ensino Médio incompleto	0	1	0	0	0	0
Total	115		13		3	

Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados, por faixa etária e gênero G4-LA1*

Número de funcionários contratados e taxa de novas contratações

FAIXA ETÁRIA	FEBRABAN				INFI			
	MULHERES	HOMENS	MULHERES (%)	HOMENS (%)	MULHERES	HOMENS	MULHERES (%)	HOMENS (%)
Abaixo de 30 anos	3	2	20,00	25,00	2	0	50,00	-
De 30 a 50 anos	7	1	16,28	3,85	0	0	-	-
Acima de 50 anos	0	0	-	-	0	0	-	-

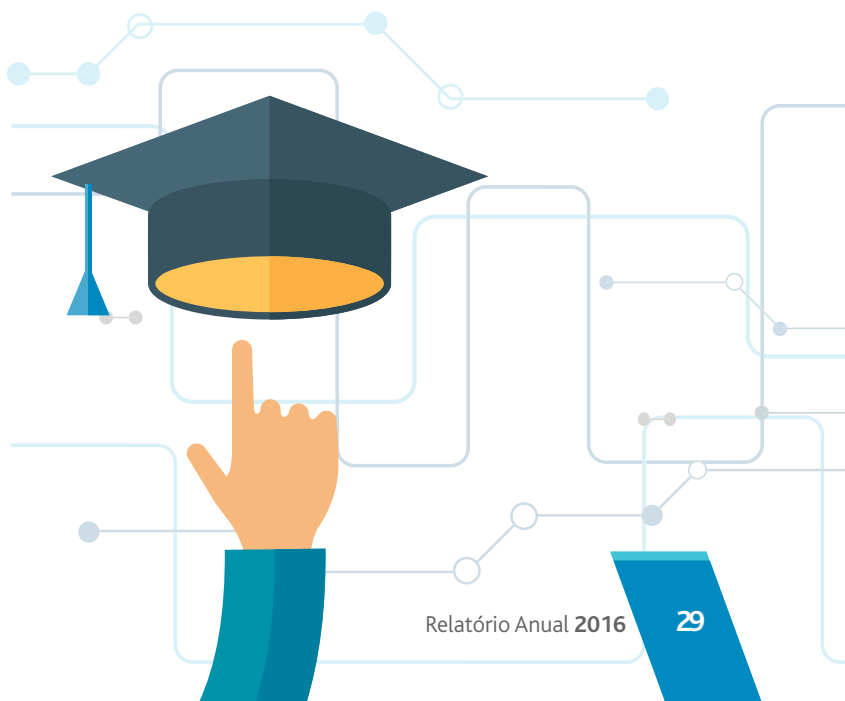
Número total de funcionários desligados e taxa de rotatividade

FAIXA ETÁRIA	FEBRABAN				INFI			
	MULHERES	HOMENS	MULHERES (%)	HOMENS (%)	MULHERES	HOMENS	MULHERES (%)	HOMENS (%)
Abaixo de 30 anos	5	1	33,33	12,50	0	0	-	-
De 30 a 50 anos	2	1	4,65	3,85	1	0	25,00	-
Acima de 50 anos	0	0	-	-	0	0	-	-

* Notas:

1. Para esse indicador, a FEBRABAN passou a relatar os dados em novo formato de acordo com a faixa etária recomendada pela GRI. Dessa maneira, foram desconsideradas as informações apresentadas no ano anterior, iniciando-se assim nova base histórica.
2. Não fazem parte dessa estatística aprendizes e estagiários, pois são contratos de prazo determinado.
3. Em 2016, para a CED, não houve movimentação quanto ao número de contratados e/ou desligados.

93 funcionários,
representando 81%
do quadro, têm curso
superior completo,
pós-graduação ou
mestrado/doutorado



Em 2016, a FEBRABAN também deu continuidade ao seu processo de treinamento com o objetivo de manter profissionais tecnicamente capacitados e focados nas necessidades da entidade.

Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional G4-LA9*

FEBRABAN Horas disponibilizadas

CATEGORIA FUNCIONAL	TOTAL PARA EMPREGADOS	TOTAL PARA MULHERES	TOTAL PARA HOMENS
Gerência	314	196	118
Técnico	856	525	331
Administrativo	1.748	1.448	300
Total	2.918	2.169	749

Média de horas frequentadas

CATEGORIA FUNCIONAL	TOTAL POR EMPREGADOS	TOTAL POR MULHERES	TOTAL POR HOMENS
Gerência	44,86	65,33	29,50
Técnico	40,76	40,38	41,38
Administrativo	44,82	49,93	30,00

* Nota: participaram de treinamentos 67 funcionários: 45 mulheres e 22 homens.



INFI

CATEGORIA FUNCIONAL	HORAS DISPONIBILIZADAS			MÉDIA DE HORAS FREQUENTADAS		
	TOTAL PARA EMPREGADOS	TOTAL PARA MULHERES	TOTAL PARA HOMENS	TOTAL POR EMPREGADOS	TOTAL POR MULHERES	TOTAL POR HOMENS
Gerência	-	-	-	-	-	-
Técnico	-	-	-	-	-	-
Administrativo	828	588	240	75,97	73,50	60
Estagiário	-	-	-	-	-	-
Total	828	588	240	-	-	-

CONSUMO DE ENERGIA

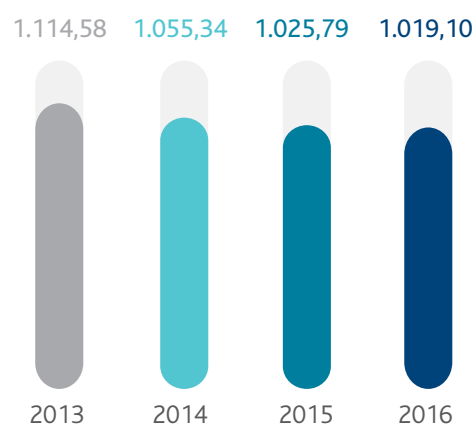
A FEBRABAN adota medidas de ecoeficiência em suas dependências a fim de otimizar o uso de água, energia, papel, entre outros.

Realiza análise mensal do consumo de energia e, periodicamente, promove ações para sua redução. [G4-EN6](#)

O condomínio em que se localiza a sede da FEBRABAN, buscando modernização e redução no consumo de energia elétrica, instalou 118 painéis de energia solar na cobertura do edifício para atender a todas as demandas de áreas comuns. A obra foi finalizada em dezembro de 2016. [G4-EN6](#)

Em 2016, o consumo de energia foi reduzido em relação ao período anterior, mantendo a tendência de queda (8,56%) observada em anos anteriores. [G4-EN6](#)

Consumo de energia (GJ) [G4-EN3](#)



3. DESTAQUES

INSTITUCIONAIS

2016

Por ocupar uma posição de destaque e interagir com diversos segmentos, a FEBRABAN tem a capacidade de promover mudanças positivas para seus principais públicos, a sociedade e o País



PLANOS ECONÔMICOS

A FEBRABAN acompanha o julgamento sobre a constitucionalidade das regras relativas aos cinco planos econômicos instituídos nas décadas de 1980 e 1990 (Cruzado/1986, Bresser/1987, Verão/1989, Collor 1/1990 e Collor 2/1991), que tratam da correção monetária aplicada nas cadernetas de poupança.

Em 2016, a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial 1.388.000/PR foi favorável aos interesses da FEBRABAN no sentido de que o termo inicial da prescrição das execuções individuais de sentença coletiva ocorre com trânsito em julgado e não com a publicação dessa decisão em jornal de ampla circulação.

A FEBRABAN continuará monitorando e atuando em diversas teses correlatas que deverão ser julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo STJ em 2017, bem como em eventual julgamento do mérito pelo STF.

REGULAÇÃO PRUDENCIAL

RESOLUÇÃO BANCÁRIA

A reforma da legislação sobre resolução bancária é um dos projetos prioritários na reformulação da arquitetura do sistema financeiro internacional.

O Banco Central do Brasil (Bacen) vem desenvolvendo um anteprojeto que visa, entre outros, conferir segurança jurídica mais efetiva à atuação saneadora exercida pelos supervisores; assegurar a estabilidade financeira e mitigar os

impactos negativos de uma resolução bancária para o funcionamento da economia, preservando ao máximo o valor dos ativos para minimizar eventuais prejuízos para depositantes, credores e funcionários; e alinhar incentivos e mitigar risco moral.

O projeto deverá ser enviado ao Congresso Nacional em 2017, diante da expectativa da visita dos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que farão avaliação geral do arcabouço regulatório brasileiro e do sistema financeiro nacional.

BASILEIA III G4-2

A crise financeira internacional de 2007-2009 levou à nova onda de regulação bancária. As regras de Basileia III procuraram tratar de alguns dos problemas que ficaram evidentes na crise no que se refere à regulação prudencial. As novas regras se concentraram em quatro grandes temas: (a) capital dos bancos, com o objetivo de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade de capital mínimo que estes são obrigados a manter como proporção de seus ativos ponderados pelos respectivos riscos; (b) liquidez, ao criar dois índices para ampliá-la nos curto e longo prazos; (c) novo índice de alavancagem; e (d) regras mais exigentes para as instituições financeiras que, seja pelo tamanho, seja pelo grau de interconexão com os demais componentes da economia, têm importância sistêmica.

O processo de implementação dos normativos de Basileia III foi iniciado em janeiro de 2013 e se estenderá até janeiro de 2019.



A FEBRABAN acompanha a introdução das normas no Brasil e atua para que o acordo seja implementado dentro das regras definidas, mas com o menor custo possível para os bancos locais, e para que sejam respeitadas as particularidades e as características do sistema bancário nacional.

O Brasil segue cumprindo tempestivamente as recomendações de Basileia III, já tendo implementado o arcabouço regulatório de capital, a identificação e a definição do capital adicional para as instituições domesticamente importantes (D-SIBs), o requisito de liquidez de curto prazo e a normatização do indicador de alavancagem.

Em 2017, o País deverá prosseguir na adaptação, com a normatização do índice de liquidez de longo prazo e a divulgação das regras relativas aos riscos de crédito em exposições de securitização, de contraparte central e de contraparte em derivativos, entre outros.

Ressalta-se que, em paralelo à implementação desses pontos, o Comitê Internacional de Basileia está promovendo revisão geral dos modelos utilizados para mensuração dos riscos de mercado, de crédito e operacional, com as publicações finais dos normativos previstas para 2017.

O Bacen deverá iniciar a implementação local dessas mudanças pela revisão dos normativos sobre a mensuração do risco de taxa de juro no banking book para

estar em vigor a partir de janeiro de 2018, segundo o cronograma definido por Basileia.

GESTÃO DE RISCO G4-2

Nesse contexto, destaca-se que o CMN editou a Resolução 4.502, que estabelece os requisitos mínimos para a elaboração de planos de recuperação das instituições domesticamente importantes e as internacionalmente ativas.

Esses planos devem contemplar uma série de elementos que permitam, por meio de avaliação de diversos indicadores e cenários de estresse, identificar problemas nas instituições e definir ações e estratégias para enfrentar situações desfavoráveis de capital e liquidez, com o objetivo de restaurar as condições de funcionamento da instituição e assim mitigar o risco sistêmico.

Além dessas publicações, destacam-se:

- Resolução CMN 4.553, que segmenta o conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen conforme porte, atividade internacional e perfil de risco.
- Circular Bacen 3.809, que amplia a possibilidade de os bancos usarem instrumentos para mitigar suas exposições a riscos de crédito e assim reduzir o capital requerido em algumas operações, respeitando as recomendações internacionais de Basileia.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO (PLD)

Na busca por melhores práticas, a FEBRABAN interage com órgãos públicos e privados, inclusive internacionais, para aperfeiçoar os sistemas de controles e prevenção à lavagem de dinheiro.

Em 2016, a FEBRABAN participou ativamente da ENCCLA, especialmente nas propostas de aprimoramento das regras de sigilo bancário e fiscal, com o objetivo de tornar mais ágil e eficaz o compartilhamento de informações entre órgãos de fiscalização, controle, persecução penal e defesa do patrimônio público; e no aperfeiçoamento de procedimentos e controles relativos a operações que envolvem recursos em espécie a fim de mitigar riscos em lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.


Destacam-se, nessas propostas, a proibição de saque em espécie para contas que recebem exclusivamente recursos públicos; a instituição de regras para saques superiores a R\$ 50 mil (como comunicação prévia; provisionamento de dois ou três dias úteis de antecedência; e preenchimento de formulário contendo, entre outras

informações, a destinação e a finalidade a ser dada ao valor sacado e a identificação dos responsáveis e beneficiários); e a alteração da Circular Bacen 3.461 para diminuir o valor de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) em casos de depósito, saque e provisionamento em espécie, dos atuais R\$ 100 mil para R\$ 50 mil.

Nesse contexto, também foi realizado trabalho em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Bacen para a elaboração da Instrução Normativa SRF 1.634, sobre novo CNPJ e identificação de beneficiário final para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior.

Ainda, em 2016, a FEBRABAN manteve sua atuação em debates entre os bancos e reguladores sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – Repatriação de Recursos, especialmente em relação a volumes e riscos.

Para atender aos constantes aperfeiçoamentos nesse tema, está prevista para 2017 a atualização do SARB 11 – Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.



A FEBRABAN também esteve à frente da elaboração de propostas que tornem obrigatória a exigência de programa de integridade para a contratação com a Administração Pública.

Além da ENCCLA, a FEBRABAN manteve sua atuação em outros órgãos, entre eles: Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo e Comitê Latino-Americano de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, da FELABAN.

AUTORREGULAÇÃO

O Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) estabelece o compromisso efetivo dos bancos, participantes com seus consumidores, e contribui para que a atuação do setor seja cada vez mais eficaz, clara e transparente.

Em 2016, houve o lançamento do SARB 17, que orienta a elaboração de procedimentos para aprimorar a adequação da oferta de produtos e serviços ao perfil dos consumidores, assim como sua qualidade e sua segurança, com vistas à sustentabilidade e à harmonia das relações de consumo nas operações financeiras. As instituições terão até 31 de dezembro de 2017 para se adaptarem ao normativo e seus anexos.

O monitoramento das condutas das instituições financeiras participantes para avaliar e assegurar a efetiva adequação a todas as normas do SARB é realizado por meio do Relatório de Conformidade e de monitoramento realizado por meio de auditorias de campo.

MONITORAMENTO DOS SACs E AUDITORIA DAS AGÊNCIAS G4-PR5

A verificação da adequação das instituições financeiras às regras do SARB está concentrada no cumprimento de obrigações nos canais de atendimento, entre elas, as opções do menu eletrônico com reclamações, informações, cancelamentos e opção para falar com atendente; a verificação do tempo de espera para atendimento; informação; e cumprimento de prazos.

Com a nova metodologia, em que o auditor verifica, por meio de amostragem, se houve resolutividade da demanda na primeira ligação, houve uma evolução no setor: passando de 76% em 2015 para 79% em 2016, ou seja, de cada 100 demandas, 79 foram resolvidas já no primeiro contato.

Na Auditoria de Agências, em 2016, foram realizadas 2.100 verificações, o que corresponde a 10% do número total de agências no Brasil, tendo o índice de conformidade evoluído de 92% para 94%.

PAINEL SETORIAL DE ATENDIMENTO G4-PR5

O Painel Setorial de Atendimento apresenta dados sobre a qualidade dos serviços bancários e o relacionamento com clientes em canais internos (como Centrais Transacionais, SACs e Ouvidorias) e de indicadores externos (como Procon e Bacen), bem como informações do portal www.consumidor.gov.br, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

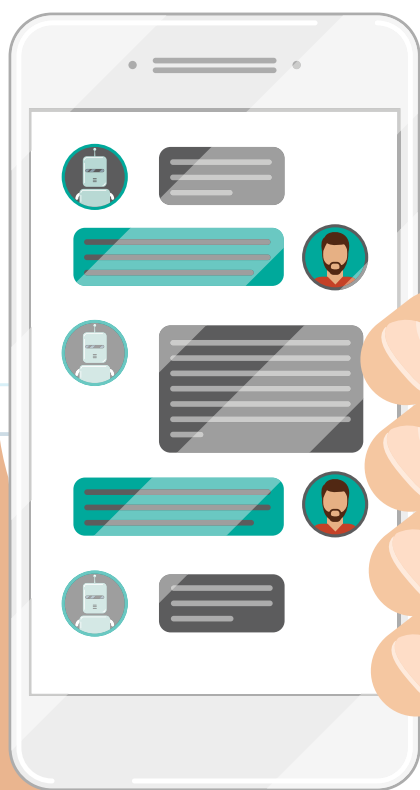
Em 2016, houve redução nos percentuais de reclamação, o que demonstra a efetividade das políticas adotadas para otimizar o relacionamento com o consumidor.

Os bancos realizaram mensalmente, por meio de seus SACs, 3,24 milhões de atendimentos. O número de clientes que buscam órgãos públicos, como o Procon, foi 1% menor quando comparado com os últimos trimestres de 2016 e 2015. No Bacen, no mesmo período, houve diminuição de reclamações em 2,3%.

CENTRAL CONTE AQUI G4-PR5

A Autorregulação da FEBRABAN coloca à disposição dos consumidores a Central Conte Aqui para que possam comunicar situações de descumprimento de normas do SARB por parte das instituições financeiras participantes, como atendimento bancário, questões sobre contratos, tarifas e taxas de juros e conta-corrente. Esses e outros casos podem ser registrados no site www.conteaquai.org.br ou pelo telefone 0800-772-8050.

As demandas são encaminhadas ao banco que as motivou para tratamento individualizado. O prazo de resposta previsto é de 15 dias. Em 2016, esse canal manteve estabilidade em relação ao volume de atendimento, com 1.835 registros.





AMBIENTE DE CRÉDITO

PORTABILIDADE ELETRÔNICA DE CRÉDITO

Em 2016, as solicitações de portabilidade de operações de crédito por iniciativa do cliente continuaram evoluindo de forma expressiva. Desde a entrada em operação do Sistema CTC, em maio de 2014 até o fim de 2016, foi atingida a marca de seis milhões de solicitações.

Do contingente total, 99% são referentes ao produto crédito consignado, com a maior parte da modalidade destinada aos beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O número de pedidos de transferência tem alcançado a média aproximada de 300 mil por mês.

A carteira de crédito consignado é atualmente uma das mais representativas do setor financeiro. Em dezembro de 2016, o saldo entre todas as modalidades oferecidas era de R\$ 288 bilhões, o equivalente a 18,6% do volume total de crédito para pessoas físicas no âmbito do SFN, representando crescimento de 5,3% quando comparado a dezembro de 2015.

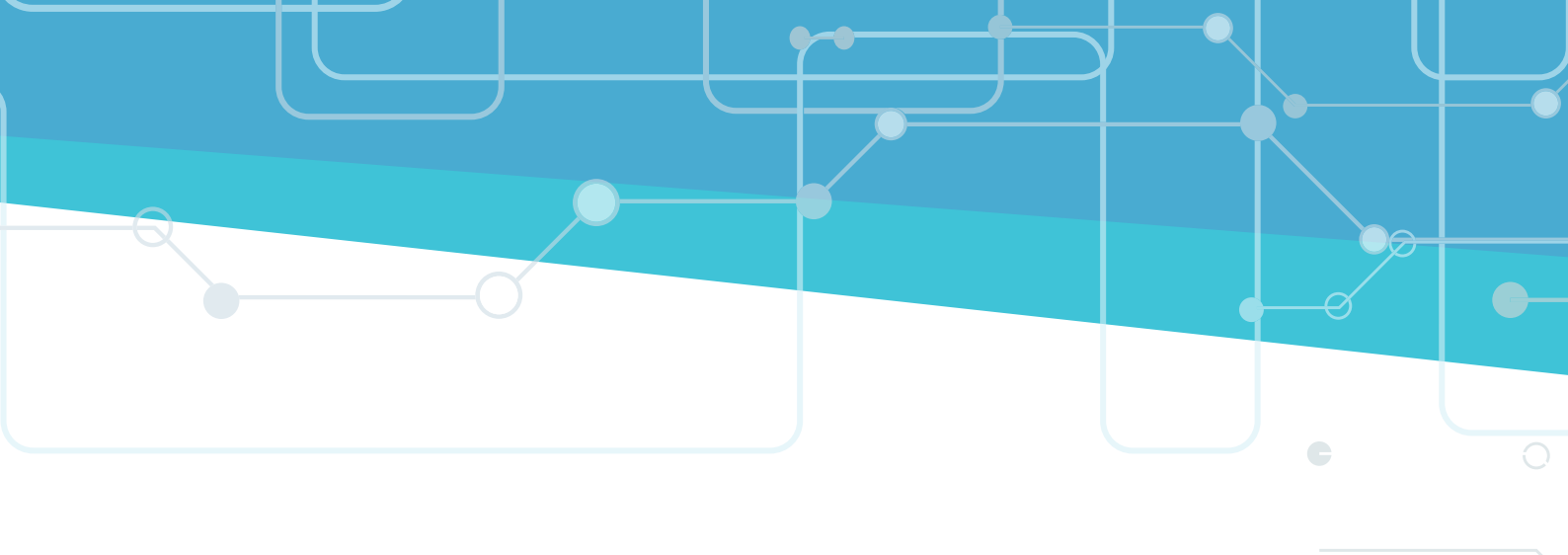
A parcela mais representativa desse montante provém do crédito consignado para trabalhadores do setor público (60%), seguido de aposentados e pensionistas do INSS (34%) e de profissionais do setor privado (6%).

No âmbito da governança da portabilidade, o Comitê Gestor e o Comitê de Governança seguem atuantes no monitoramento e na aplicação dos mecanismos de autorregulação do sistema.

Tendo por base o Documento Correlato de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais, instituído em 2015, os ciclos de análises para apurar o nível de adesão das instituições financeiras às regras estabelecidas estão sendo conduzidos de forma constante. Os resultados são analisados e deliberados pelos Comitês. Por meio dessa iniciativa, a Comissão tem buscado mitigar eventuais distorções a fim de assegurar qualidade e transparência ao processo, com acompanhamento periódico do Bacen.

PORTAIS DE CRÉDITO CONSIGNADO

Organizada pela FEBRABAN e executada pela consultoria da KPMG, em 2016 foi realizada a avaliação de diversos requisitos exigidos de empresas que processam operações de crédito consignado do setor público (portais), conforme metodologia definida em conjunto com as instituições financeiras.



O principal objetivo é criar uma fonte confiável de informações para a tomada de decisão pelos bancos, em relação às estruturas de tecnologia, governança e de segurança da informação desses portais.

Ao todo, 11 empresas foram avaliadas (90% da amostra definida para análise), as quais são responsáveis pelo processamento da folha de pagamentos de mais de três milhões de servidores públicos.

Cabe salientar que a escolha dos fornecedores de serviços de cada instituição financeira obedece a critérios e políticas próprios. A intenção desse trabalho, portanto, é apoiar a tomada de decisão com informações relevantes. As diretorias de compliance dos bancos também foram comunicadas dos resultados, o que proporcionou subsídios para que cada um pudesse monitorar os aspectos que melhor atendem às suas políticas internas.

CADASTRO POSITIVO G4-EC8

Com a criação da Gestora de Inteligência de Crédito, os cinco maiores bancos do País assumiram o compromisso com a implementação do Cadastro Positivo, marco fundamental para a melhoria da qualidade das informações e do ambiente de crédito.

Após a fase inicial de dois anos do projeto, que mapeou o mercado e seu potencial, bem como definiu o modelo de negócios e o perfil de parceiro técnico, em 2016 foram assinados os acordos entre os bancos e a empresa LexisNexis; obtidas as aprovações legais e regulatórias; e iniciadas as atividades pré-operacionais.

Na frente institucional, ressaltam-se as novas iniciativas do governo para impulsionar o Cadastro Positivo a fim de direcionar melhorias regulatórias, como melhor caracterização da responsabilidade objetiva e solidária pelo uso indevido de informações; obrigatoriedade de prestação de informações por novas fontes; e eventual criação de comitê regulador.

SISTEMA DE CONTROLE DE GARANTIAS (SCG)

O SCG continua sendo o principal mecanismo pelo qual os bancos podem constituir operações de crédito para os estabelecimentos comerciais, tendo como garantias os recebíveis de cartões de crédito.

A Circular Bacen 3.765/2015 definiu que todas as transações de cartões de crédito e débito devem ser realizadas por meio de grade única, em câmara independente e autorizada pelo próprio Bacen.

Para atender a essas novas obrigações, estão sendo realizados esforços para desenvolver interfaces para o sistema de grade única, que será implantado pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), até o início de setembro de 2017, conforme prazo estipulado na Circular.

Os instituidores de arranjos de pagamentos (ou bandeiras) devem definir, em seus respectivos regulamentos, como deverá ocorrer a atuação e quais são as responsabilidades dos participantes que passam a aceitar os cartões como instrumentos de pagamentos.

Esse mecanismo trará igualdade de condições na entrada de novos participantes e um conjunto de regras que fortalecem a livre concorrência, na racionalização e na padronização de processos de compensação e liquidação, contribuindo, em contrapartida, para o aumento da dinâmica e oferta de produtos e serviços de pagamentos aos estabelecimentos comerciais.

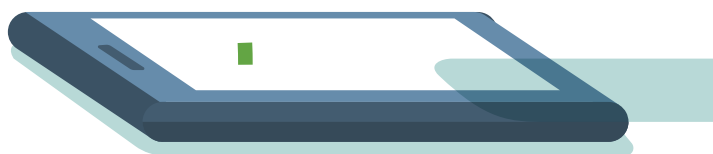
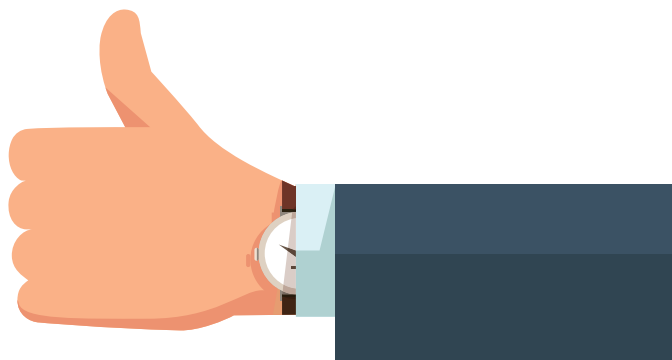




CÂMARA DE CESSÃO DE CRÉDITO/ CÂMARA REGISTRADORA DE ATIVOS FINANCEIROS

Com planejamento adequado e engajamento dos bancos, a Câmara de Cessão de Crédito (C3) foi homologada no fim de 2016, trazendo para o mercado maior transparência e segurança nas operações de cessão de crédito entre os agentes financeiros.

Com a remodelação, a C3 passa a ter nova denominação: Câmara Registradora de Ativos Financeiros (CRAF), desenvolvida pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) em conjunto com os bancos.



Nesse novo sistema, destacam-se abaixo as novas funcionalidades.

- **Delivey Versus Payment (DVP)** – O processo envolve entrega dos ativos concomitante ao pagamento do valor financeiro pelo cessionário ao cedente dos ativos.
- **Validação de garantias** – As carteiras de cessão que são integradas por contratos de crédito consignado, realizadas com o consignante INSS, são checadas previamente, de forma automática, na Dataprev, com o objetivo de validar tanto a sua existência quanto a respectiva titularidade. Essa rotina é realizada também no Sistema Nacional de Gravames (SNG) para as carteiras compostas por contratos de financiamentos de veículos.
- **Bloqueio a favor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para emissão de Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)** – As instituições podem registrar e bloquear ativos na câmara a favor do FGC. Dessa forma, podem emitir depósitos a prazo com garantia especial para realizar captação de recursos.
- **Conciliação** – A CRAF tem como uma de suas responsabilidades a conciliação da posição financeira das carteiras cedidas e compradas pelos bancos. Para a realização do processo, a Câmara receberá mensalmente os dados provenientes dos participantes, em formato similar ao do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Bacen, por meio de interface específica.
- **Identificação de operações OFP** – É de responsabilidade também da CRAF apontar ao Bacen as operações que foram realizadas fora do padrão do mercado.

A fiscalização será realizada periodicamente por auditoria independente (podendo esta ser a mesma empresa que a instituição financeira utiliza para serviços rotineiros de validação de seus documentos legais, como balanços e balancetes), por meio de relatório de asseguuração a ser enviado à CIP.

CENTRAL DE EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS (CED)

Em 2016, a CED prosseguiu com sua tendência de crescimento demonstrada nos últimos exercícios, tendo registrado significativa expansão do número de consultas realizadas pelos bancos participantes, bem como da quantidade de autorizações obtidas com seus clientes.

No fim do ano, estavam registradas mais de 9 mil consultas singulares, que representaram elevação de 62% em relação a 2015. No que se refere às consultas realizadas em lote, houve crescimento de 64%, atingindo mais de 1,4 milhões de registro.

Da mesma forma, as autorizações obtidas pelos bancos participantes com seus clientes para consulta aos seus relatórios de exposição a derivativos experimentaram acentuada expansão de 74%, alcançando 7,3 mil autorizações.

Ao longo de 2016, foram realizados ajustes na infraestrutura do sistema, como reconfiguração de servidores, banco de dados, distribuição da carga de serviços em mais de uma máquina virtual e implantação de ferramenta de monitoramento. Em paralelo, foram desenvolvidas funcionalidades, como a antecipação da verificação na degradação do sistema e novas tentativas de acionamento automático quando da ocorrência de falhas na primeira tentativa.

Essas iniciativas reduziram ainda mais o tempo de resposta do Sistema CED às solicitações de consultas recebidas dos bancos participantes. O tempo médio de resposta (6,8 segundos em 2015) caiu para 6,16 segundos em 2016 (-9,4%).

Para 2017, a expectativa é aumentar o número de autorizações e de consultas realizadas ao CED e, assim, ampliar o percentual de cobertura do mercado bancário de derivativos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Em 2016, várias iniciativas contribuíram para o aperfeiçoamento do mercado no âmbito regulatório, entre as quais, a aprovação do projeto de Digitalização de Documentos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e do Estatuto da Segurança Privada, na Câmara dos Deputados, com vários dispositivos favoráveis ao SFN; e a sanção da Lei 13.260, que tipifica o crime de terrorismo, englobando explosões e ataques às instituições financeiras e sua rede de atendimento.

Além destas, merecem destaque a proposta de não extinção da dívida do crédito consignado em caso de falecimento do tomador, a qual busca estabelecer que os bens existentes possam ser utilizados para pagamento do débito; e a proposta de garantia "guarda-chuva", que poderá contribuir para o aumento da concessão de crédito e segurança nas operações. Estas deverão ser apresentadas no Congresso Nacional em 2017.

BUSCA E APREENSÃO DE BENS MÓVEIS ALIENADOS

Nos anos de 2015 e 2016, a FEBRABAN discutiu a possibilidade de elaborar um modelo legislativo que pudesse conceder ao credor a faculdade de efetuar a cobrança das dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária por meio do uso de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis, principalmente de veículos automotores.

Para elaboração do anteprojeto, foram realizados estudos de modelos internacionais com a finalidade de localizar pontos compatíveis com a legislação brasileira e que, eventualmente, pudessem servir de paradigmas para a construção do modelo nacional, bem como análises sob o prisma do Direito Constitucional e do Consumidor.

A proposta contempla desjudicialização; maior eficácia na cobrança de dívidas vencidas, líquidas e certas; maior segurança jurídica do credor; e melhora na oferta de crédito.

O texto do anteprojeto foi concluído e validado. Aguarda-se a sua apresentação formal no Senado Federal em 2017.

PROJETO DE MELHORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJ-SP)

A FEBRABAN enviou em 2015 ao TJ-SP algumas sugestões de aprimoramento em busca de alternativas para enfrentar o crescente grau de demandas que chegam ao Poder Judiciário Paulista.

Em 2016, a FEBRABAN, em conjunto com o TJ-SP, inaugurou o Posto CEJUSC do Setor Bancário, no Fórum João Mendes Júnior, com o objetivo de absorver as ações judiciais das varas cíveis, antes da citação dos bancos, para a realização dos acordos.

Também foi assinado o Termo de Cooperação Técnica "Petição 10, Sentença 10", com o TJ-SP, com o objetivo de estimular a celeridade processual e reduzir o impacto ambiental das peças (físicas e digitais) por meio da conscientização dos advogados a limitar seus documentos a 10 páginas, fazer uso de ecofonte e, quando necessário, fazer impressões utilizando frente e verso da folha de papel.

PORTAL MEDIAÇÃO DIGITAL

Em 2016, a FEBRABAN assinou o Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça visando solucionar e prevenir os conflitos por meio da implantação da ferramenta on-line Portal Mediação Digital, evitando a judicialização das demandas.

O objetivo é estabelecer medidas que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco dos partícipes a fim de estimular a resolução de conflitos de forma amigável e reduzir a litigiosidade das demandas.

Dessa forma, o cliente poderá solucionar o conflito diretamente com a instituição financeira, a qual enviará a resposta por meio da própria ferramenta.

Outro destaque de 2016 foi a retomada pelo Ministério da Justiça do projeto Estratégia Nacional de Não Judicialização, essencial para a redução de litígios e melhora significativa da eficiência do Poder Judiciário Nacional.

Para 2017, estão previstas, entre outras, medidas de incentivo à utilização do portal www.consumidor.gov.br, da Senacon.

AMBIENTE OPERACIONAL

SEGURANÇA OPERACIONAL

Maior investidor em inovação no País, o setor bancário destina cerca de 10% dos dispêndios totais em tecnologia para a segurança de suas operações.

A segurança física de funcionários e clientes é tema central da FEBRABAN, que, por meio dos bancos, investe anualmente mais de R\$ 9 bilhões na aquisição de equipamentos, como câmeras e portas giratórias, e na contratação de pessoal de vigilância.

Os investimentos crescentes, aliados a uma série de medidas preventivas, como

reforço do bocal do cofre e dispositivo de tempo, redução de numerário nas agências e estímulo a transações eletrônicas, levaram o número de assaltos a banco e de ataques a ATMs a cair nos últimos anos.

A FEBRABAN entende que os enfrentamentos geram poucos resultados e grande custo para a sociedade. A eficiência e a importância da investigação é a forma ideal de prevenção. Desse modo, a Federação apoia todas as iniciativas que objetivam o uso da inteligência no combate ao crime organizado, atuando com proximidade com os comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil dos estados, além da própria Polícia Federal, que é o órgão fiscalizador.

Especificamente no Estado de São Paulo o trabalho é feito de forma cooperada com as forças da Secretaria de Segurança Pública, com a troca de informações e melhorias contínuas de procedimentos. Ambas as partes têm buscado propor soluções que sejam relevantes e possam ser replicadas. Em 2016, observou-se queda de 37% na quantidade de ataques no estado.

Em 2016, contribuíram para avançar nesse tema a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e a sanção da lei que tipifica o crime de terrorismo, englobando explosões e ataques às instituições financeiras e sua rede de atendimento.

SEGURANÇA BANCÁRIA

Sistemas de última geração têm sido desenvolvidos pela FEBRABAN para

prevenir fraudes em cobrança bancária, mitigar os riscos na concessão de crédito, otimizar as transações eletrônicas, estimular o uso de canais digitais, entre outros, com o intuito de proporcionar mais segurança e dinamismo ao setor, bem como conferir confiabilidade ao mercado.

NOVA PLATAFORMA DA COBRANÇA

A FEBRABAN, em parceria com os bancos, está desenvolvendo a Nova Plataforma da Cobrança para modernizar o pagamento de boletos. O novo sistema proporcionará melhoria no combate a fraudes e comodidade aos clientes.

A capacidade da nova plataforma é superior a uma das maiores empresas de processamento de cartões do mundo e beneficia consumidores ao possibilitar que boletos vencidos possam ser pagos em qualquer agência dos bancos participantes do sistema de cobrança bancária ou em um dos canais de atendimento, como internet, mobile banking e ATMs, além de evitar o pagamento em duplicidade, pois, a partir do momento que alguém quitar o boleto, este rapidamente constará como liquidado.

Pela complexidade e abrangência dessa plataforma, o projeto está sendo desenvolvido em duas fases de implantação. Na primeira, iniciada em 2015, todos os bancos inseriram CNPJ e CPF dos emissores de boleto na base centralizada de beneficiários da cobrança. Ao longo de 2016, bancos e empresas concentraram esforços para realizar a migração das carteiras sem registro para o novo sistema. Em 2017, inicia-se segunda fase com a construção da base centralizada de cobrança.

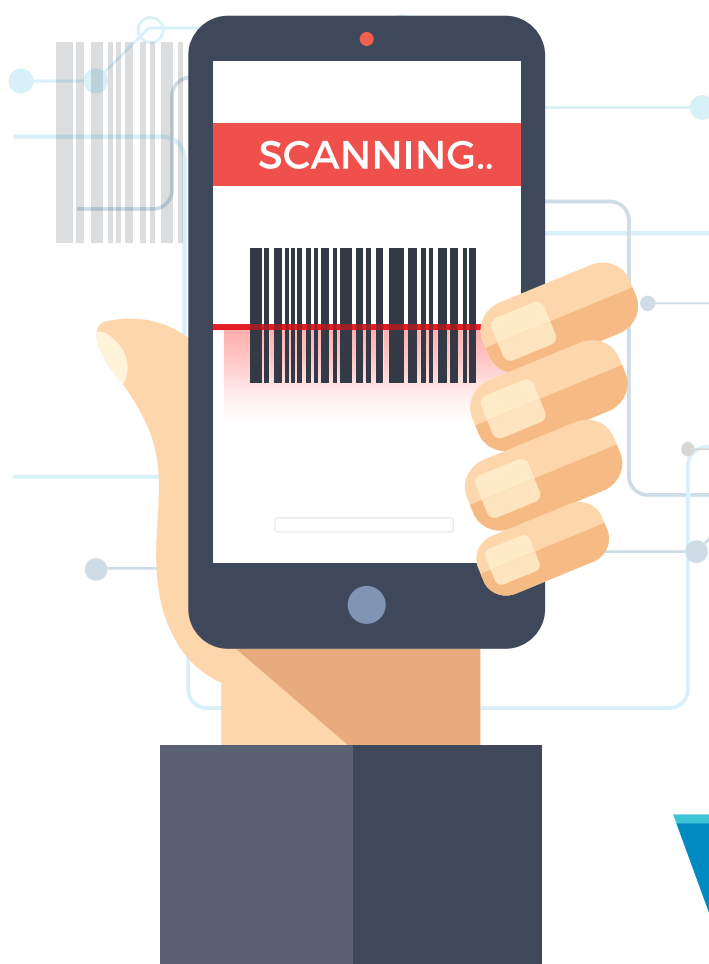
Dada a sua larga utilização, o setor bancário estabeleceu um cronograma

de validação dos boletos, observando-se aspectos técnicos e operacionais e visando à estabilidade do serviço de cobrança.

A FEBRABAN promoverá, a partir de abril de 2017, um roadshow que envolverá diversas áreas das instituições financeiras por 10 capitais para informar aos diversos públicos as vantagens do sistema.

Nova Plataforma da Cobrança

- Conciliação e relatórios de gestão
- Maior segurança e entrega eletrônica por meio do DDA
- Mais comodidade, com pagamento de boletos vencidos em qualquer banco pelo Débito Direto Autorizado (DDA) e/ou atualização no site do emissor



PROAGRO

O Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro) é um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento de seu custeio em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que afetem de forma considerável o seu negócio. Além disso, garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural quando houver perdas por essas razões.

No início de 2016, foi disponibilizado aos bancos o Sistema de Gerenciamento de Informações do Proagro e Seguro Rural (SGIPS), que permite o monitoramento dos empreendimentos financiados por operações de custeio agrícola via sensoriamento remoto, a qualquer tempo, mitigando assim os riscos na concessão de crédito.

O sistema configura-se como uma opção para o cumprimento das regras estabelecidas pelo Bacen, entre elas a Resolução CMN 4.408/15, a qual instituiu que a partir de julho de 2016 todas as operações de custeio agrícola contratadas até o limite de R\$ 300 mil devem estar enquadradas no Proagro ou Seguro Rural.

Cabe salientar que, independentemente da solução desenvolvida, as instituições financeiras possuem diversas opções para o cumprimento dos requisitos de acordo com suas estratégias de mercado. Entretanto, a tendência observada é de que o setor passe a adotar cada vez mais estruturas eletrônicas e uniformes para a análise de processos com o intuito de otimizar o controle de suas operações de crédito rural e reduzir custos.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS BANCÁRIOS G4-EN27

Conforme previsto no artigo 23 da Lei 12.865, em dezembro de 2016, os documentos bancários digitalizados passam a ter valor legal.

A FEBRABAN vem atuando com os associados na padronização e na construção de plataformas para garantir que as instituições financeiras possam atender de maneira segura e uniforme ao normativo.

Com essa medida, toda a documentação física passará a ser eletrônica, o que reduzirá a necessidade de espaço para armazenamento físico pelos bancos e proporcionará agilidade e segurança no fornecimento de cópias, com impactos benéficos ao meio ambiente.

COMPENSAÇÃO POR IMAGEM

O número de cheques compensados por imagem no Brasil caiu para 576,4 milhões em 2016, redução de 82,71% nos últimos 21 anos (em 1995 foram compensados 3,3 bilhões de cheques).



Na comparação com 2015, quando foram compensados 672 milhões, houve queda de 14,23%. As estatísticas revelam que o cliente tem deixado cada vez mais de usar cheques e optado por outros meios de pagamento, em especial as transferências eletrônicas.

O número de cheques devolvidos também diminuiu para 50,3 milhões em 2016, ante 56,4 milhões no ano anterior, queda de 11,42%. Em relação aos documentos devolvidos sem fundos, a redução foi de 12,30%: o volume passou para 38,6 milhões em 2016 em comparação a 44,1 milhões em 2015.

CENTRAL DE BALANÇOS

A Central de Balanços é um serviço da FEBRABAN em benefício dos usuários das informações contábeis, tais como instituições financeiras, analistas, investidores, reguladores e público em geral.

O sistema eletrônico recebe e disponibiliza as demonstrações contábeis das instituições financeiras, constituindo um repositório único e perene dos balanços mensais, semestrais e anuais.

A Central de Balanços foi implementada no fim de 2015, inicialmente com a inclusão de balanços semestrais e balancetes mensais das instituições financeiras que fazem parte da Comissão para Assuntos Contábeis. Após a fase de implementação, no fim de 2016, foi enviado comunicado a todos os bancos (filiados e não filiados) solicitando o cadastro e o envio dos demonstrativos para a Central.

Atualmente, esse serviço conta com mais de 70 instituições financeiras com balanços e balancetes cadastrados.

Quanto aos próximos passos, em 2017 está prevista a apresentação da Central de Balanços aos departamentos do Bacen e a implementação de melhorias no sistema.

EFICIÊNCIA LOGÍSTICA G4-EN27

Ações de compartilhamento possibilitam diminuição de custos, maior segurança no transporte de documentos e produtos, além de redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) com evidentes benefícios ao meio ambiente.

A FEBRABAN manteve o processo de identificação de sinergias e de implementação de logística compartilhada entre bancos, com foco em redução de custos e qualidade do atendimento.

Em 2016, quatro instituições participaram de Compras Compartilhadas de materiais de escritório, copa e de higiene, o que resultou em 26% de redução no custo unitário desse último item. Na frente de Logística de Materiais, três bancos compartilharam armazenagem ou transporte de materiais de escritório.

A exemplo do ano anterior, em 2016 observaram-se resultados positivos operacionais e financeiros com o Transporte Compartilhado de Malotes (TCM).

A licitação do transporte interestadual rodoviar aéreo realizada em 2016 trouxe uma redução na despesa anual de 10% por conta da revisão das malhas aéreas, em que se diminuiu a quantidade de aeronaves de seis para três, passando algumas localidades a serem atendidas em dias alternados ao invés de diariamente, o que gerou economia de 25%; e a adequação do tamanho e da capacidade dos veículos às cargas transportadas, resultando em menor consumo de diesel e, conseqüentemente, de emissão de CO₂.

No TCM, também foi implementado o processo de monitoração de fornecedores a fim de acompanhar o risco integrado desses contratados. Foram analisados cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, aderência operacional ao contrato e condições financeiras das empresas. Também foi introduzida a prática de autoavaliação de todas as bases operacionais com o objetivo de priorizar as visitas em campo que serão executadas em 2017.

Para dar maior visibilidade e tempestividade da execução da operação em campo foi desenvolvida a geração de ocorrências on-line, via smartphones, pelos motoristas que entregam e recolhem malotes. Desse modo, é possível monitorar prontamente as situações de roubo, extravio, atraso no roteiro, reclamações, atendimento por profissionais não cadastrados, entre outras.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

Ao redesenhar estratégias para canais de relacionamento, a FEBRABAN, em conjunto com os bancos, busca fortalecer um aspecto decisivo para o sucesso no setor: abrir novas frentes de atendimento com o objetivo de tornar o consumidor mais próximo, independente e, sobretudo, satisfeito.

Os investimentos em novas tecnologias de automação e de comunicação demonstram o esforço contínuo para atender às expectativas, cada vez maiores, em relação a agilidade, qualidade e segurança.

DÉBITO DIRETO AUTORIZADO (DDA)

Inovação desenhada e implementada pela FEBRABAN e os bancos associados, o DDA permite aos clientes acessar de forma eletrônica suas cobranças bancárias a pagar sem precisar recebê-las fisicamente.

Em 2016, houve acréscimo de 36% em comparação ao ano de 2015 no número de boletos incluídos, que totalizaram 32 milhões.

PESQUISA FEBRABAN DE TECNOLOGIA BANCÁRIA G4-EN27

Estudo realizado anualmente pela FEBRABAN com os principais bancos do País com o objetivo de mapear o estágio da tecnologia bancária no Brasil e suas tendências, a pesquisa expõe e explica de que forma o intenso uso da tecnologia no setor bancário se reverte em maior conveniência e segurança para o cliente, tornando-se um importante instrumento de discussões entre acadêmicos, órgãos do governo, mídia, entre outros.

A Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária completa 25 edições em 2017. O levantamento aprofunda dados sobre o uso de smartphone, tablets, mobile banking e internet, capazes de indicar o quanto as instituições financeiras vêm aplicando o conceito de "banco digital"; e informações sobre fintechs, startups financeiras e mecanismos de prevenção de fraudes eletrônicas. Há um foco em particular na análise do impacto da TI na experiência do cliente para avaliar aspectos, como conveniência, agilidade e disponibilidade de serviços.

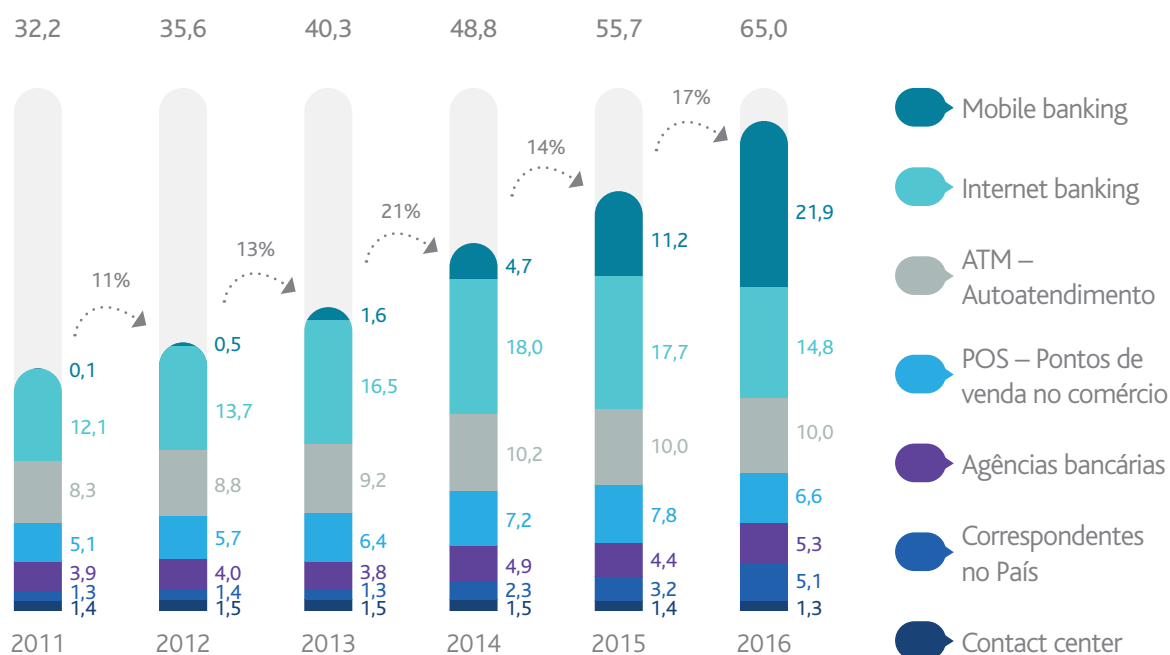
Divulgada em abril de 2017, a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária, com dados referentes a 2016, contou com a participação de 17 bancos, que representam 91% dos ativos da indústria bancária brasileira.

Entre outras informações, o levantamento mostra que as transações bancárias no Brasil seguem em constante elevação com destaque para o mobile banking entre os canais digitais.

As instituições bancárias estão na dianteira de uma grande transformação em curso. O uso crescente dos canais digitais (internet e mobile banking), que já se mostrava tendência em anos anteriores, está em consolidação, com as transações nesse meio ultrapassando mais de 50% do total



Crescimento dos canais digitais (R\$ bilhões)



21,9 bilhões de transações bancárias em mobile banking em 2016, alta de 96%

O uso do mobile banking quase dobrou em 2016, passando de 11,2 bilhões de transações para 21,9 bilhões, o que revelou a preferência desse canal pelos usuários brasileiros.

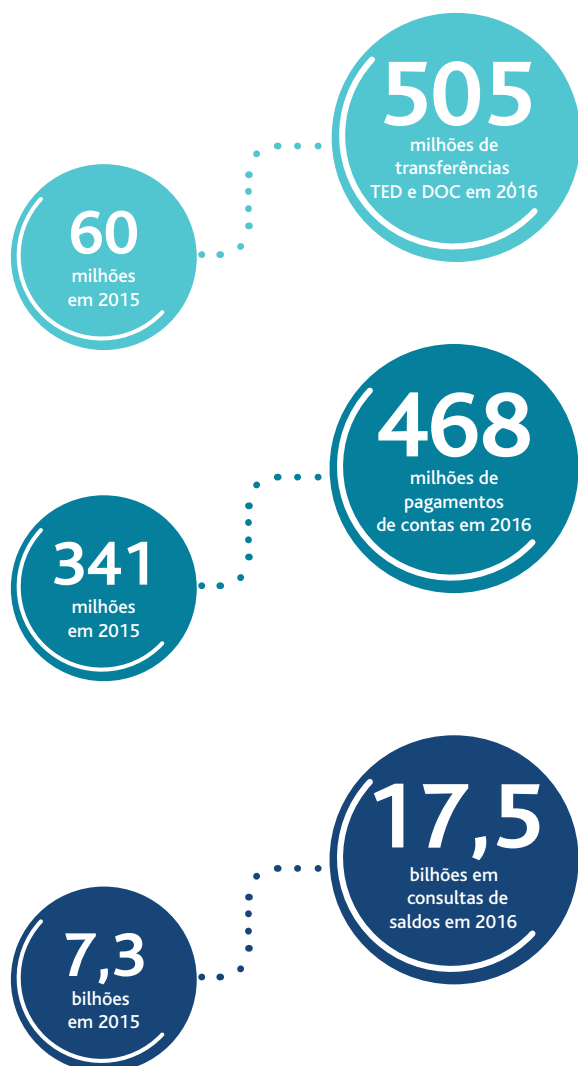
Ao se considerar apenas as operações com movimentação financeira, o crescimento do mobile banking foi ainda maior: saltou de 500 milhões para 1,2 bilhão, alta de 140%.

No ano passado, foram feitas pelo canal 505 milhões de transferências por TED/DOC ante 60 milhões em 2015, incremento significativo de 741%. Além disso, os brasileiros pagaram 468 milhões de contas pelo mobile banking, 37% a mais do que o registrado na pesquisa anterior.

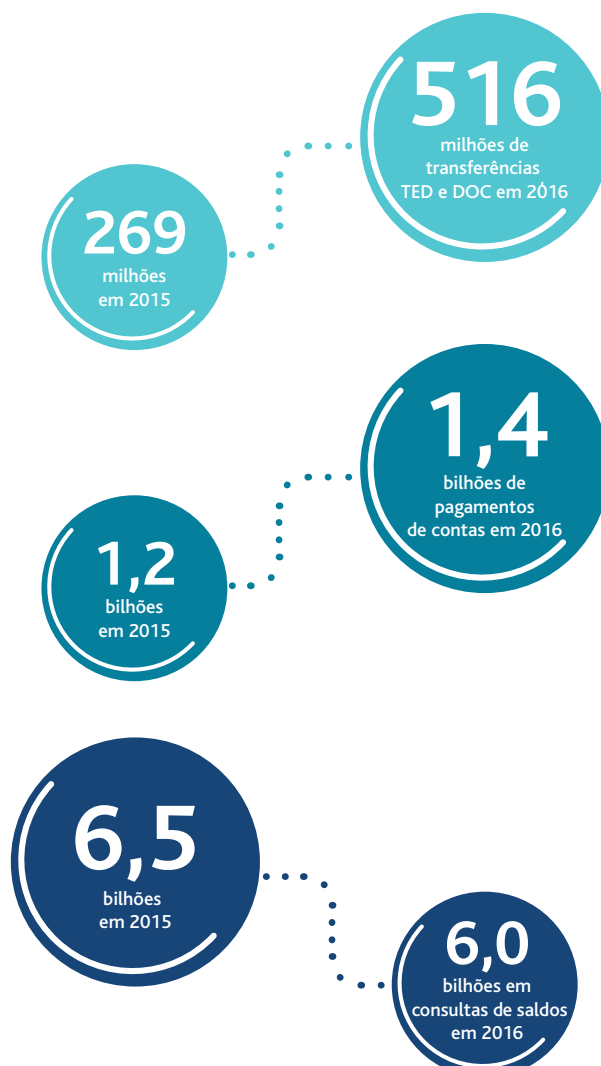
A pesquisa identificou também que 9,5 milhões de clientes do mobile banking são heavy users – utilizam mais de 80% de suas transações bancárias nesse canal.

Relacionamento por meio dos canais digitais

Mobile banking

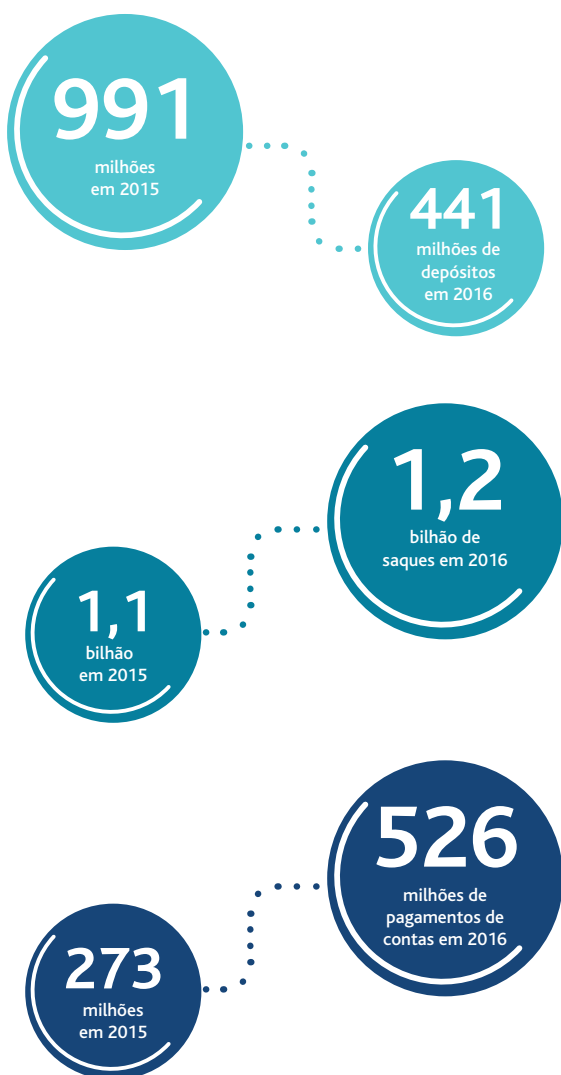


Internet banking

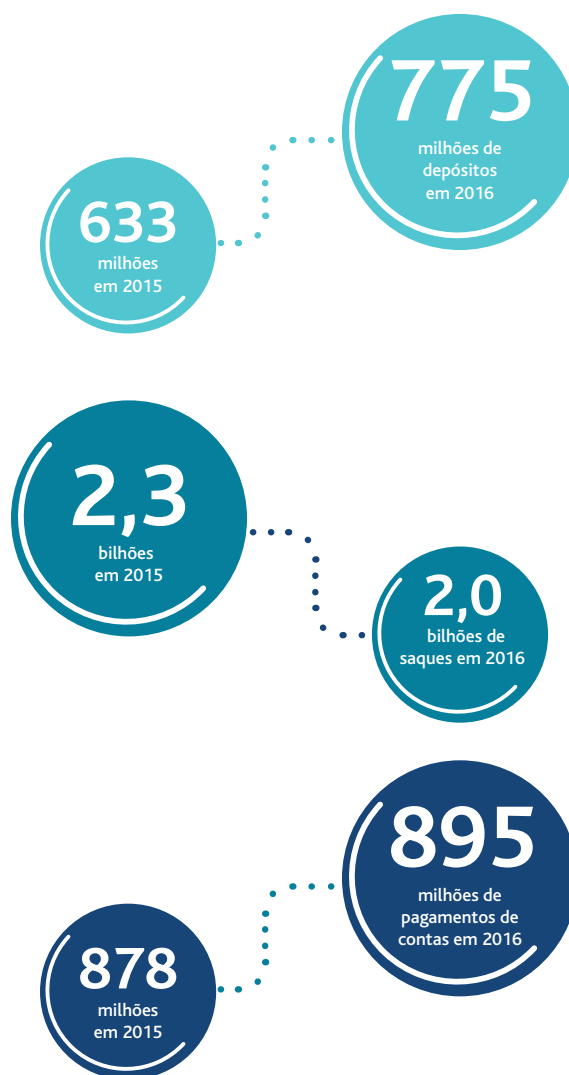


Mobile banking tem crescimento de 140% em transações com movimentação financeira

Agências e PABs



ATMs



De acordo com a pesquisa, no fim de 2016 havia em todo o País 23,4 mil agências físicas, observando-se que esse canal passa por um momento importante de readequação e redefinição de seu papel, adotando cada vez mais um modelo consultivo e envolvendo um novo perfil e habilidades de seus funcionários, que precisam estar preparados para atender as novas necessidades e questionamentos trazidos pelos clientes.

Outros pontos físicos, como Postos de Atendimento Bancário (PABs) e Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) registraram alta de 6% e atingiram o total de 48,5 mil.

Entre as transações sem movimentação financeira, destacam-se os canais agências, PABs e ATMs.



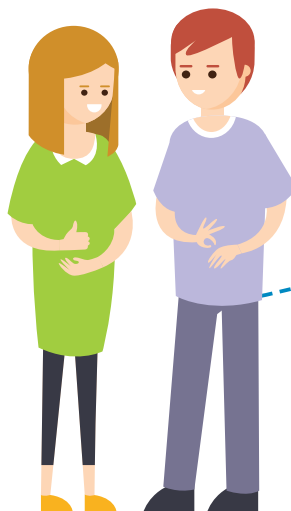
78,8% das ATMs foram adaptadas para Pessoas com Deficiência (PCDs) em 2016

Ressalta-se ainda que, mesmo em um cenário econômico desafiador, os investimentos feitos pelos bancos na adoção de novas tecnologias reafirmam a posição de vanguarda da indústria bancária nacional em relação ao cenário mundial.

Os investimentos somaram R\$ 18,6 bilhões em 2016, sendo 45% destinados a software, 35% a hardware e 19% a telecom, mesma tendência apontada nos estudos anteriores.

Importante também evidenciar que a pesquisa avaliou, pela primeira vez, o nível de desenvolvimento e implantação de tecnologias disruptivas feitos pelas instituições financeiras: 47% dos bancos investem em analytics, 24% em computação cognitiva, e 65% estudam a implantação do blockchain em suas transações.

Os resultados desse levantamento demonstram o comprometimento dos bancos para oferecer uma experiência diferenciada para os clientes, processo que demanda novas tecnologias, soluções e produtos inovadores; e para equipes especializadas, capazes de entender as necessidades de uma nova geração que pensa e age digitalmente.



R\$ 18,6 bilhões de investimentos das instituições financeiras em tecnologia em 2016

A realização da Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária ocorreu por meio da aplicação de um formulário on-line para as instituições financeiras, entrevistas com especialistas e consolidação de dados públicos e de pesquisas da Deloitte, empresa responsável pela execução do estudo.

Confira a pesquisa na íntegra em portal.febraban.org.br/ em Publicações, Pesquisas.

RELAÇÕES TRABALHISTAS

A FEBRABAN atua em todas as etapas desse processo: do relacionamento direto e regular com as partes envolvidas, promovendo a troca de experiências e capacitação com os dirigentes, à composição de grupos de trabalho para a definição de temas estratégicos de interesse das relações trabalhistas no setor.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), com abrangência nacional, tem como data-base 1º de setembro e reúne 157 bancos, representados pela FENABAN, envolvendo mais de 500 mil trabalhadores, 210 sindicatos, 13 federações e duas confederações.

Em 2016, ante as perspectivas positivas da recuperação da economia brasileira com inflação abaixo de 5%, o processo de correção salarial contemplou, pela primeira vez em toda a história da negociação, um acordo válido por dois anos.

Os salários praticados em agosto de 2016 foram reajustados em 8%; e, em setembro de 2017, serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acumulado de setembro de 2016 a agosto de 2017 acrescido do aumento real de 1%.

Ressalta-se que essas regras também se aplicam aos reajustes dos benefícios contemplados na CCT e aos valores previstos na Convenção para Participação dos Empregados nos Lucros ou nos Resultados dos Bancos (PLR).

Além da correção salarial em 2016, foi pago a todos os bancários um abono em valor único de R\$ 3.500,00.

E, no permanente esforço de negociação entre os bancos e os bancários, em 2016 também foi revisada a Cláusula 8 da Convenção Coletiva de Trabalho, de forma que as horas extras realizadas em um mês serão sempre pagas no mês seguinte, tendo como base de cálculo o salário do mês do efetivo pagamento.

Com o novo acordo, as horas extras realizadas no mês de agosto, por exemplo, foram pagas em setembro, com o salário já corrigido em 8%.

LEI DE TERCEIRIZAÇÃO

Em 2017, a FEBRABAN continuará a acompanhar a regulamentação da Lei de Terceirização, que modifica pontos importantes da legislação trabalhista no País, e suas implicações para o setor.

PERFIL DO BANCÁRIO BRASILEIRO

Cada vez mais habilitados para usar tecnologia de ponta e dedicados ao desenvolvimento de produtos e às áreas comerciais e de atendimento, os bancários tendem a se tornar especialistas em negócios ou na solução de problemas dos clientes, seguindo uma tendência mundial.

O setor conta com 483.871 bancários, mais de 90% com nível superior, sendo crescente o número de profissionais com pós-graduação, mestrado e doutorado.

Também vem crescendo a participação feminina em posições de chefia e de gerência, apesar de a maior proporção ainda ser predominantemente masculina em cargos mais elevados.

O setor apresenta a menor taxa de rotatividade de pessoal porque oferece, entre outros, perspectiva de carreira, programas de treinamento e remuneração diferenciada, tendo o maior salário médio do mercado (R\$ 7.093), bem como está entre os segmentos que mais se aproximam do pleno atendimento à cota de pessoas com deficiência.

Além desses diferenciais, os profissionais contam com dois canais (interno e externo) de

denúncias de conflitos no ambiente de trabalho (assédio, discriminação ou outras desavenças entre subordinado e chefia ou entre os colegas), instituído por meio de acordo sindical.

Os relatos podem ser enviados, com segurança de sigilo, à ouvidoria do banco ou ao sindicato, responsável por encaminhá-los ao banco – que, por sua vez, responde a todas as queixas à entidade, classificando-as como procedentes ou não.

Semestralmente, FEBRABAN e sindicato se reúnem para avaliar o volume de denúncias, apontar e dar prosseguimento às providências.

A FEBRABAN também se reúne trimestralmente com a representação sindical dos bancários para tratar de diversos temas, como diversidade (envolvendo gênero, raça e deficiência), igualdade de oportunidades, segurança e saúde.

Em 2016, foi criado um grupo de trabalho para abordar a requalificação e a realocação de bancários, cujas áreas tenham passado por reestruturações organizacionais, visando criar critérios para evitar a obsolescência do conhecimento.

EMPREGADOS DO SETOR	PERCENTUAL DE EMPREGADOS DO SETOR POR GÊNERO ¹		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ¹	SALÁRIO MÉDIO ¹
483.871	Mulheres: 49,8%	Homens: 50,2%	Quantidade: 9.363 ²	R\$ 7.093
			Efetivo: 227.762 ²	

Fonte: RAIS 2015 e CAGED 2016

Fonte: IndRH

Fonte: IndRH

1. Bancos considerados: Banco do Brasil, Mercantil do Brasil, Bradesco, Caixa, Citibank, Itaú Unibanco, Safra, Santander e Votorantim.

2. O quadro de PCD representa 4,1% do efetivo total dos bancos considerados, colocando o setor entre os segmentos que mais se aproximaram do pleno atendimento à cota, excluindo os bancos públicos, que possuem critérios específicos.

4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Manter o setor bancário na vanguarda das modernas práticas empresariais de responsabilidade socioambiental é determinante para a FEBRABAN ampliar e identificar oportunidades de crescimento sustentável



A governança do tema socioambiental na FEBRABAN está concentrada na Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS), da qual participam 30 instituições, representando cerca de 80% do total dos ativos do setor bancário.

A FEBRABAN tem papel importante no engajamento de seus associados para que atuem focados na redução dos impactos socioambientais – ainda que indiretos – de suas atividades, estimulando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e a identificação de negócios que contribuam para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

Por meio da CRSS, a FEBRABAN promove iniciativas e desenvolve estudos para instrumentalizar a integração entre negócios e desenvolvimento sustentável, contribuindo para que o setor esteja em conformidade com a regulação e legislação socioambiental. Nesse contexto, destaca-se o “Guia de orientações para registro de perdas decorrentes de danos socioambientais”, material interno que traz, em cumprimento à exigência da Resolução Bacen 4.327/14, os critérios mínimos para a marcação das perdas decorrentes de danos socioambientais, objeto de processos administrativos e judiciais de que a instituição financeira seja parte, em decorrência de atividades internas ou de operações com clientes; e relacionados a imóveis próprios – bens não de uso – adquiridos ou retomados, sendo este último incorporado na versão 2016. Em 2017, discute-se a marcação de perdas atreladas a operações de crédito.

ECONOMIA VERDE E NOVOS NEGÓCIOS

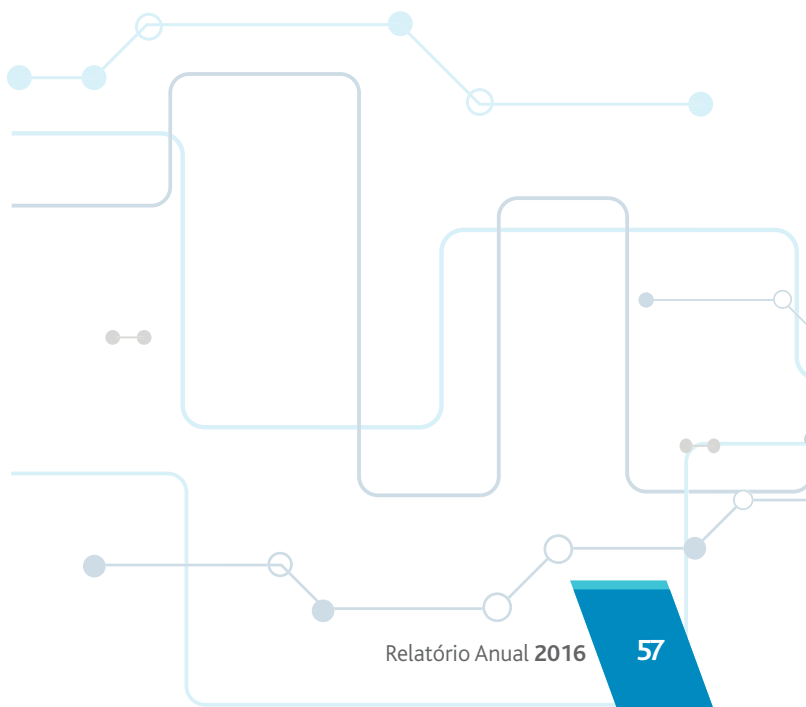
A FEBRABAN também atua proativamente para engajar o setor bancário rumo à chamada Economia Verde, identificando novas oportunidades e soluções para os desafios enfrentados nas questões climática e socioambiental.

A entidade vem realizando uma série de estudos sobre os caminhos possíveis para alavancar a transição para uma Economia Verde no Brasil por meio de recursos intermediados pelo SFN.

Elaborados em parceria com outras organizações, como associações, instituições financeiras e acadêmicas, os estudos constituem um trabalho inovador, que procura alinhar a atuação do setor bancário aos compromissos assumidos pelo País no âmbito da Convenção do Clima das Nações Unidas, reforçando a dimensão que cada tema abordado deve ocupar na agenda climática do País nos próximos anos.

Todos os relatórios desenvolvidos estão disponíveis no portal.febraban.org.br, em Publicações, SFN e a Economia Verde.

Confira, a seguir, as publicações da FEBRABAN sobre esse tema em 2016.





GUIA PARA EMISSÃO DE TÍTULOS VERDES NO BRASIL

Elaborado com base nas recomendações do estudo realizado em 2015 sobre as oportunidades e os limites para o desenvolvimento de green bonds no Brasil, o guia tem como objetivo orientar o processo de emissão de títulos verdes – papéis de renda fixa utilizados para captar recursos com o objetivo de implantar ou refinar projetos ou ativos que tenham atributos positivos do ponto de vista ambiental ou climático.

O guia tem como público-alvo potenciais emissores (como empresas e instituições financeiras), coordenadores (underwriters), investidores, agentes de avaliação externa e outros participantes do mercado de títulos verdes.

Lançado em outubro de 2016, foi conduzido pelo Grupo de Trabalho de Green Bonds da FEBRABAN e pela Câmara Temática de Finanças Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), com apoio técnico da SITAWI Finanças do Bem e do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

Em abril de 2017, o guia foi reconhecido como Iniciativa do Ano pelo Green Bonds Awards, concedido pela Environmental Finance, portal de notícias e análises sobre investimentos sustentáveis e finanças verdes fundado em 1999, com sede em Londres.

MENSURANDO RECURSOS FINANCEIROS ALOCADOS PARA ECONOMIA VERDE

O material teve sua primeira edição publicada em 2015 e apresentou os resultados dos anos de 2013 e 2014. O trabalho foi conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e acompanhado por um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos dez maiores bancos do Brasil e por profissionais da FEBRABAN.

Inicialmente, foi desenvolvida metodologia para identificar os recursos intermediados pelo SFN para a Economia Verde, segundo definição e critérios das Nações Unidas. Posteriormente, foram incluídos os montantes alocados em setores com potencial impacto socioambiental, de acordo com o disposto na Resolução 237/1997, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Em 2016, atendendo às recomendações para o contínuo aperfeiçoamento da metodologia, foram promovidas mudanças nos processos, destacando-se a implantação, na FEBRABAN, do sistema web Banco de Dados – Economia de Baixo Carbono, permitindo a coleta, a consolidação dos dados e a emissão de relatórios de forma automatizada; bem como a implantação do Ambiente de Informações Seguras do Setor (AISS), apartado da rede corporativa e atendendo aos mais rígidos padrões de segurança.

A segunda edição da pesquisa, que também contou com a participação adicional de cinco bancos, traz os saldos das carteiras de financiamentos e empréstimos (carteira de crédito) em 31 de dezembro de 2015 nos setores da Economia Verde e com potencial impacto socioambiental, cabendo ressaltar que o levantamento de dados seguiu as mesmas diretrizes da metodologia adotada nas primeiras pesquisas, porém com a inclusão de melhorias que visam permitir o aprofundamento e a clareza da classificação dos recursos. Em 2015, o saldo de carteira para os setores da Economia Verde foi de R\$ 316.932 milhões (o que representa 16,74% do saldo da carteira de crédito pessoa jurídica), em relação aos bancos participantes da pesquisa, totalizando R\$ 1.893 bilhões.

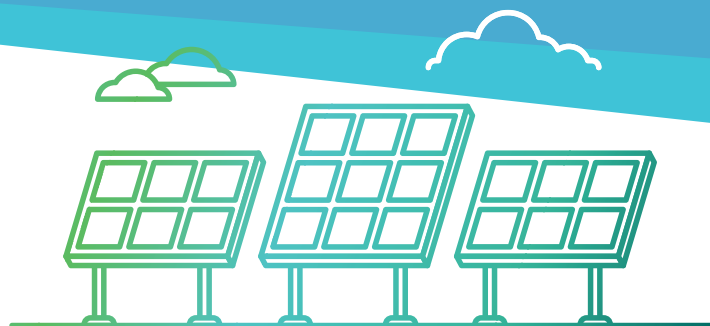
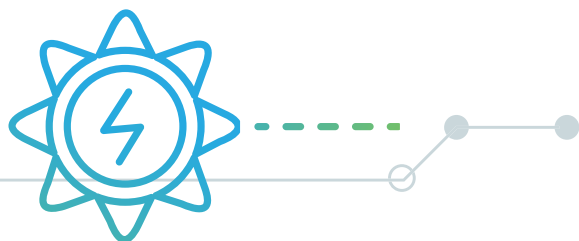
O estudo foi compartilhado com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment) para referência e discussão de modelo internacional.

RISCOS E OPORTUNIDADES ASSOCIADOS AO CAPITAL NATURAL PARA O SETOR FINANCEIRO

Esse material, produzido pela FEBRABAN em parceria com o GVces, tem como objetivo identificar tendências, avanços e desafios para o controle do desmatamento nos setores de soja, pecuária e produtos florestais, propondo elementos para o aperfeiçoamento das análises de risco socioambiental para concessão de financiamentos nesses segmentos, bem como fornecendo informações para que o SFN possa posicionar-se frente às demandas nacionais e internacionais relacionadas a esse tema.

O estudo aponta possíveis formas de participação e realização de negócios para o SFN, que conciliem o fortalecimento da agroindústria exportadora do País com critérios de responsabilidade socioambiental, ressaltando que não integra aspectos relacionados à gestão do capital natural nos procedimentos de análise de risco pode resultar, por exemplo, em problemas legais, reputacionais, de crédito e de mercado.

Nesse sentido, a publicação enfatiza a importância da criação e utilização de uma base de dados com informações espaciais a ser compartilhada entre as instituições financeiras e relevância de considerar o risco de desmatamento nas análises de crédito para operações com setores de uso intensivo de capital natural.



FINANCIAMENTO DA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL

Produzido em parceria com o GVces, tem por objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira de modelos de financiamento para atividades de recomposição florestal no Brasil, de acordo com as regras do novo Código Florestal, instituído pela Lei 12.651, de 2012.

O levantamento realizou mais de 100 mil simulações para análise da capacidade de pagamento do tomador de crédito, considerando a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas atividades produtivas de pecuária, cana-de-açúcar e soja e em sistemas de multicultivo nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

Foram identificados potenciais mercados para o financiamento de recomposição de APP (ou em áreas de Reserva Legal sem uso econômico) nos três estados citados, com base na capacidade de pagamento do tomador e considerando variações em sua rentabilidade, custo da recomposição florestal e taxa de juros do financiamento.

Para todas as culturas analisadas, as operações de custeio de curto prazo, com redução gradual de área produtiva, mostraram-se mais atrativas em relação a operações de investimento de longo prazo.

A pesquisa também apontou possíveis melhorias no Manual de Crédito Rural e teceu recomendações para aumentar a eficiência do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), destinado a financiar, com recursos do governo federal,

técnicas com benefícios ambientais; e para a estruturação de um modelo de negócios para empresas e cooperativas agrícolas.

EDIFICAÇÕES SUSTENTÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Esse trabalho apresenta um conjunto de propostas para que o SFN tenha condições de expandir o montante de recursos destinados ao financiamento de projetos que promovam eficiência energética.

Por eficiência energética entende-se conservação e uso racional de energia por meio de medidas de iluminação, de climatização (aquecimento e refrigeração) e envoltórias (ventilação natural e isolamento térmico). Inclui-se nesse conceito a geração de energia por meio de fontes renováveis.

Produzido em parceria com o GVces e por um Grupo de Trabalho constituído por representantes de bancos, o estudo considera, para fins de escopo, o financiamento para edificações sustentáveis novas; projetos de retrofit em edificações existentes; e aquisição e implementação de sistemas de painéis solares fotovoltaicos.

Apresenta também sugestões de novos mercados para atuação do SFN no financiamento de atividades de projetos de retrofit (projetos que envolvem melhorias e soluções para customizar, adaptar e melhorar o uso de imóvel antigo), englobando aquisição de painéis solares fotovoltaicos, em edificações existentes,

bem como propõe melhorias e/ou criação de novos instrumentos voltados para o financiamento desses projetos.

PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Além de publicações, no decorrer de 2016, a FEBRABAN promoveu diversas ações, apoiadas pelos bancos integrantes da CRSS, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do País e aprimorar processos e procedimentos de programas voltados às atividades agropecuárias. Confira, a seguir, as principais realizações.

CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

Concebido para troca de experiências e discussão de temas relevantes relacionados à responsabilidade socioambiental, negócios e tendências que impactam o setor financeiro, o evento teve quatro edições em 2016, com a participação de 251 pessoas, entre representantes de bancos e empresas.

Os temas tratados foram: Barragens de Rejeitos; Pecuária Sustentável; Eficiência Energética e Edificações Sustentáveis; e Financiamento da Recomposição Florestal.

Em 2017, o Café com Sustentabilidade comemora 10 anos, tendo abordado 50 temas, alguns deles mais de uma vez, com a participação de mais de 140 palestrantes e debatedores e cerca de 2.300 pessoas. Diversas iniciativas estão sendo planejadas para celebrar a data.

O conteúdo completo das edições realizadas está disponível no cafecomsustentabilidade.febraban.org.br.



PROGRAMA AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO (ABC)

No âmbito das instituições financeiras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conta com algumas linhas de crédito, entre elas o Programa ABC, para financiamento de processos e novas tecnologias que visam auxiliar a mitigação da emissão de GEE nas atividades agrícolas.

Para aprimorar e promover a utilização dessa linha de crédito pelos bancos públicos e privados, foram analisadas as principais dificuldades do programa e sugeridas melhorias, entre elas, a simplificação operacional e de documentos e a criação de um novo modelo para o programa.

Em 2016, essas propostas foram encaminhadas ao BNDES, aos Ministérios do Meio Ambiente; da Fazenda; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e seguem em acompanhamento pelas Comissões Técnicas da FEBRABAN.



Destaca-se que a atuação da entidade contribuiu para manifestação do BNDES em relação à simplificação da documentação necessária para a contratação de operações, como facultar a comprovação de rentabilidade; à revisão de avaliação de exigências para licenciamento ambiental, com o intuito de uniformizar as exigências estabelecidas para pessoas físicas e jurídicas; e ao novo modelo ABC Agroindústria e Integração, que contempla a criação de uma nova modelo de financiamento.


O conjunto de propostas trará como benefícios mais agilidade no enquadramento e comprovação das operações, indução ao uso de tecnologias sustentáveis por um número maior de empresas, apoio a projetos de maior abrangência, entre outros.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

A FEBRABAN vem apoiando o produtor rural no cumprimento da legislação e regularização ambiental das propriedades. Em 2015, assinou o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira para Implantação do Cadastro Ambiental Rural.

O acordo busca acelerar e melhorar a qualidade do cadastramento por meio da produção e da disponibilização de mapas elaborados com base em imagens de satélite dos cerca de 4,2 mil municípios situados nos biomas Cerrado e Mata Atlântica.

Esses mapas facilitarão a realização do CAR pelas propriedades rurais, bem como a validação dos cadastros pelos órgãos ambientais e, consequentemente, contribuirão para consolidar o Código Florestal, instituído pela Lei 12.651/2012.



O orçamento do projeto é de R\$ 6,4 milhões, cabendo à FEBRABAN contribuir com R\$ 2 milhões. Integram o acordo o Ministério do Meio Ambiente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e mais seis entidades.

Até janeiro de 2017, foram mapeados 2.790 municípios (70% da meta) e 258 milhões de hectares (82% da meta).

Os mapas foram disponibilizados para o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio); e para diversos estados da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso.

O SFB está utilizando as informações para auditar a validação do CAR feita pelos estados e como base para planejamentos municipais de adaptação às mudanças climáticas.

De acordo com dados do SFB, 3,95 milhões de imóveis rurais estavam registrados no CAR (de um total de 5,5 milhões) em janeiro de 2017.

O acesso aos dados também foi disponibilizado a 15 bancos interessados (membros da CRSS e/ou Comissão de Crédito Rural). E, com apoio da FBDS, foi realizado encontro para orientar as instituições financeiras sobre a interpretação e o uso das informações geradas pelo projeto.

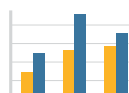
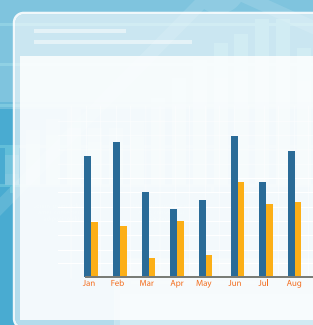
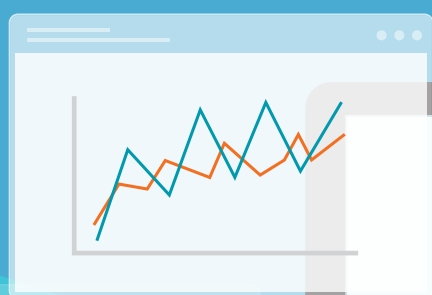
Ressalta-se que, a partir de 2 de janeiro de 2018, os bancos poderão realizar operações de crédito agrícola para os clientes que fizeram o CAR das propriedades rurais.

5. INSTITUTO

FEBRABAN DE

EDUCAÇÃO (INFI)

Com diretrizes bem definidas, o INFI é considerado o ponto de encontro dos especialistas no setor financeiro, conferindo dinamismo e atualidade aos temas mais relevantes do setor bancário



O Instituto FEBRABAN de Educação (INFI) é a concretização dos valores e aspirações educacionais da entidade. Configura-se como um centro de conhecimento que oferece diversos cursos direcionados ao segmento bancário, além de preparatórios para certificações específicas e conteúdo para os demais mercados, nos formatos presencial e a distância, e programas in company, elaborados sob medida para empresas de diversos setores, com o desenvolvimento de soluções customizadas.

O Instituto dispõe de duas frentes de educação: profissional e financeira. A primeira engloba o Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), que completou 40 anos de atuação em 2016. A segunda contempla o desenvolvimento de conteúdo e aplicativos voltados às finanças pessoais.

Destaca-se ainda a atuação do INFI na certificação de correspondentes e de especialistas em combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Ao longo do ano, foram realizados cursos e treinamentos, ministrados por renomados especialistas do mercado, CEOs e executivos, sobre temas inovadores que atendem às reais necessidades de atualização profissional de colaboradores de bancos e instituições financeiras; bem como programas segmentados, voltados a gestores, líderes e diversos setores técnicos.

Destaca-se ainda a realização de 21 encontros técnicos – os chamados Summits – nos quais foram tratadas questões estratégicas para o setor, como transformação digital, repatriação de recursos do exterior, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes eletrônicas, entre outros. Esses eventos contaram com 1.220 participantes, aumento de 42% em relação ao ano anterior.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

G4-EC7 | G4-EC8

Em 2016, o INFI deu continuidade às iniciativas de apoiar os bancos na aproximação com a sociedade, desenvolvendo conteúdo prático e alinhado às necessidades de diversos públicos.

Para os associados, o INFI promoveu, em parceria com os principais bancos, uma campanha de engajamento dos profissionais de atendimento, abordando a oferta adequada de produtos e o uso consciente do cartão de crédito e do cheque especial, reforçando o papel do gerente como orientador financeiro de seus clientes.

Em 2016, o Instituto FEBRABAN de Educação promoveu 271 cursos, um total de 6.782 participantes, com índice geral de satisfação de 93%



Para saber mais,
acesse www.infi.com.br.

O INFI também desenvolveu novos softwares e ampliou o conteúdo didático voltado à educação financeira e à gestão de finanças pessoais. Confira, a seguir, os destaques de 2016.

JIMBO MOBILE E MEU NEGÓCIO EM DIA

Em 2016, foram lançados o Jimbo Mobile – software de gerenciamento de finanças pessoais disponível para smartphones dos sistemas operacionais Android, iOS e Windows Phone – e o Meu Negócio em Dia, aplicativo disponível no Canal do Empreendedor, desenvolvido em parceria com o Sebrae, para a gestão financeira de microempreendedores.

MEU BOLSO EM DIA – INSTITUTO AKATU

O programa, desenvolvido em parceria com o Instituto Akatu, contempla aplicativos em formato de jogos – Nossa Água, Nossa Energia, Nossa Alimentação, Nosso Transporte e Nosso Consumo – que auxiliam, de modo lúdico e dinâmico, os usuários a fazer a melhor opção para cada caso, considerando a economia de dinheiro e os recursos naturais. Em 2016, foram desenvolvidas novas fases para os games e a atualização das funcionalidades das calculadoras.

Ressalta-se que a FEBRABAN é uma das entidades que compõem o Conef, cujo objetivo é definir planos e programas, além de coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Em 2016, a FEBRABAN teve uma atuação bastante ativa como membro do Conef, promovendo fóruns com os principais stakeholders sobre projetos e ações que aumentem a capacidade do cidadão de realizar escolhas conscientes sobre a administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

CONHECIMENTO ACADÊMICO G4-EC7

Estimular o debate em torno de questões relevantes tanto para o setor financeiro quanto para o País faz parte dos objetivos da FEBRABAN.

Em 2016, promoveu a 8ª edição do Prêmio INFIFEFRABAN de Economia Bancária, no qual são premiados os melhores trabalhos distribuídos em três categorias: dissertações, teses e artigos acadêmicos; monografia de graduação; e educação financeira.

O INFI também mantém convênios com a Fundação de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para o desenvolvimento de estudos técnicos que possam subsidiar a formulação de propostas de melhoria do funcionamento do setor financeiro.

Em 2016, foram concluídos quatro trabalhos, os quais abordaram os temas: requerimento de capital e falência bancária, ciclicidade da alavancagem do sistema financeiro brasileiro; plataformas de crédito peer-to-peer (empréstimo coletivo); e spread bancário no Brasil no período de 2011-2016.

Outros estudos, ainda em desenvolvimento, tratam de análise dos impactos da economia digital no mercado bancário e o papel do aparato jurídico-legal para o bom funcionamento do mercado de crédito brasileiro.

Para 2017, está prevista a realização de dois workshops para a apresentação dos trabalhos mais bem avaliados. Participarão representantes da FEBRABAN, dos principais bancos e das instituições de ensino contratadas.

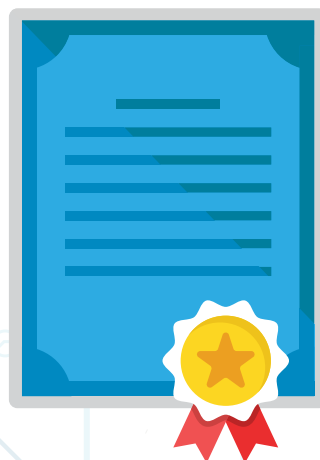
CERTIFICAÇÃO

CERTIFICAÇÃO DE CORRESPONDENTES

O Brasil conta com cerca de 294 mil correspondentes bancários que prestam serviço ao sistema financeiro e às comunidades, o que facilita o acesso a produtos e soluções em ambientes fora das agências, como farmácias, supermercados e concessionárias de veículos. Em 2016, o INFI capacitou 6 mil, totalizando, desde 2013, 30 mil agentes.

CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

Mediante acordo com a Association of Certified Anti-Money Laundering Specialists (ACAMS), o INFI mantém o curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, com certificação internacional. Em 2016, foram treinados 92 profissionais, dos quais 46 fizeram o exame e 29 obtiveram aprovação (63% do total; a média mundial é de 65%). Os demais estão em fase de agendamento da prova. Para 2017, estão previstas três novas turmas.



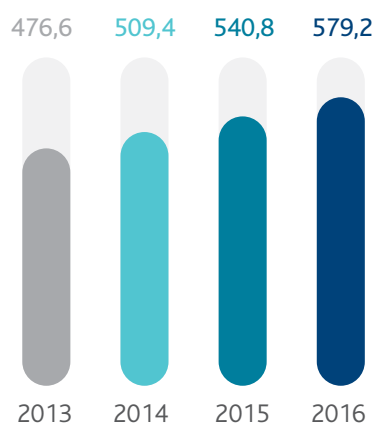
6. DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO

Reconhecida solidez financeira, competência na gestão de riscos, regulação avançada, inclusive como benchmark para o mundo todo, e investimentos em tecnologia de ponta colocam o setor bancário na dianteira das inovações

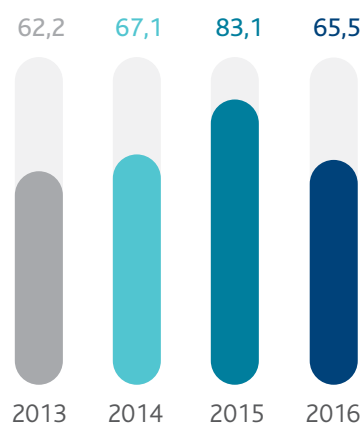


DESTAQUES DO SETOR BANCÁRIO 2016

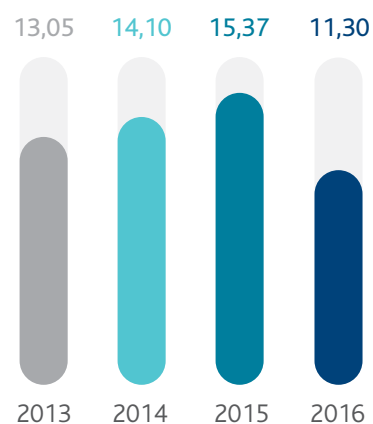
Patrimônio líquido do setor bancário (R\$ bilhões)



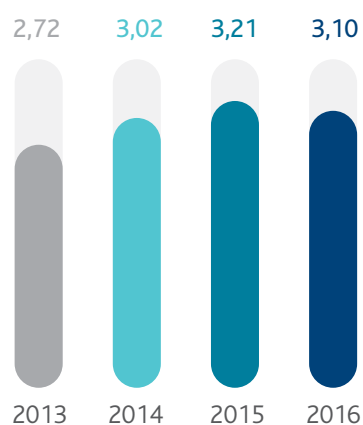
Lucro líquido do setor bancário (R\$ bilhões)



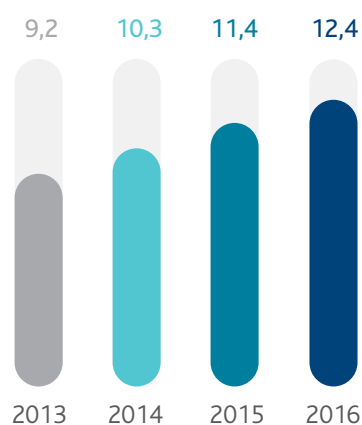
Retorno sobre patrimônio líquido do setor bancário (%)



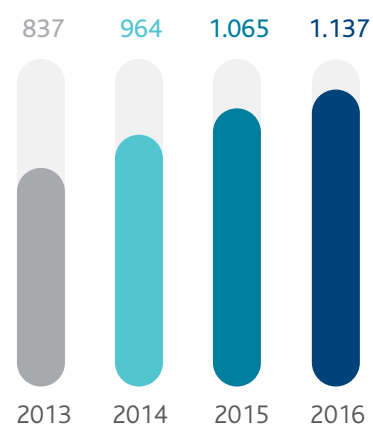
Operações de crédito (R\$ trilhões)



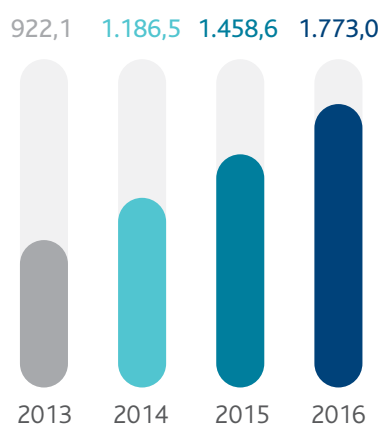
Transações com cartões de crédito e débito (bilhões)



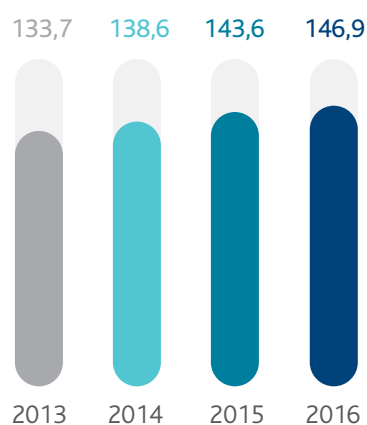
Valor das transações com cartões de crédito e débito (R\$ bilhões)



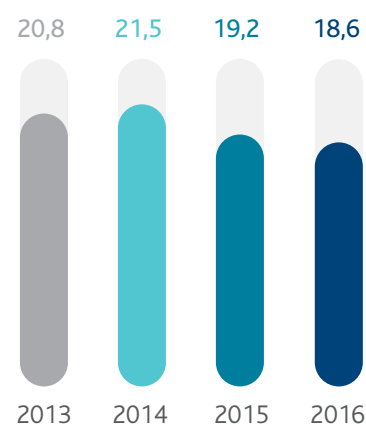
Boletos eletrônicos acumulados no DDA (milhões)



Consumidores com relacionamentos ativos no sistema (milhões)



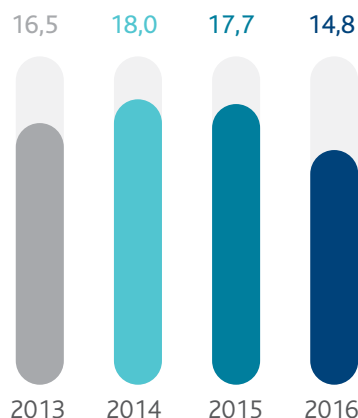
Investimento em tecnologia (R\$ bilhões)



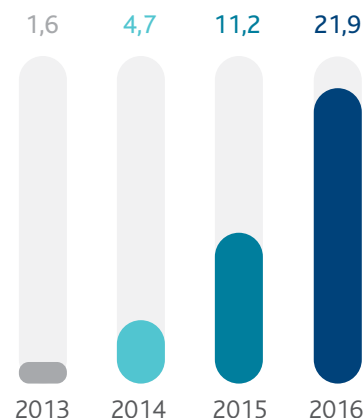


Transações em canais digitais (bilhões)

Internet banking



Mobile banking



CENÁRIO ECONÔMICO

Apesar de o ano de 2016 ter sido marcado por incertezas e instabilidades, tanto no cenário externo como interno, há um consenso em torno da volta do crescimento da economia em 2017.

Em relação ao Brasil, grande parte das expectativas negativas em relação ao nível de atividade econômica e ao desequilíbrio fiscal do País em 2016 se confirmou e a economia teve seu segundo ano consecutivo de recessão.

Entretanto, com a transição política e nova orientação na gestão da economia, observou-se melhora significativa e imediata nas principais variáveis financeiras.

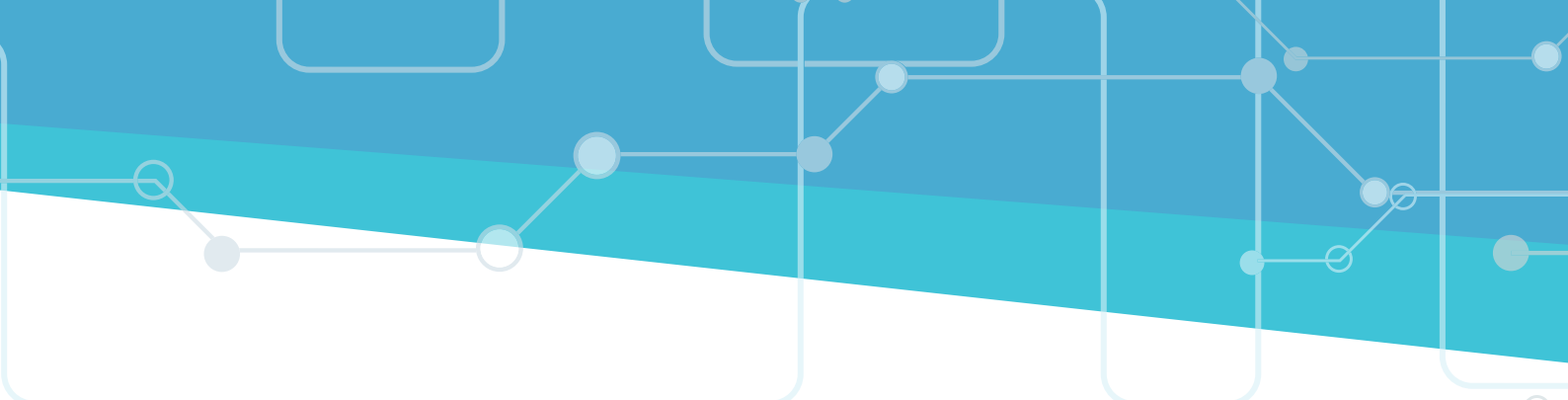
Os juros de longo prazo caíram. Os credit default swaps (CDS), que refletem o risco do Brasil percebido pelos investidores externos, mantiveram-se em níveis bem inferiores quando comparados a 2015. A Bolsa de Valores recuperou-se, com o índice Bovespa refletindo um dos melhores momentos dos últimos anos. A taxa de

câmbio, apesar da volatilidade causada por fatores da situação internacional e da conjuntura política nacional, apresentou valorização em relação ao nível do fim do ano passado.

Esse cenário de recuperação não se limitou apenas às variáveis financeiras. Os índices de confiança mostraram sensível melhora tanto entre empresários como consumidores.

Esses aspectos refletiram, sem dúvida, a percepção da capacidade política do governo de galvanizar maiorias legislativas para aprovar as reformas de que o País necessita.

A perspectiva de crescimento sustentou-se concretamente nas ações do governo e do Banco Central no enfrentamento de problemas que estão na origem da recessão: o forte desequilíbrio nas contas públicas, que gerou aumento de cerca de 18 pontos do Produto Interno Bruto (PIB) da dívida pública em três anos; e o recrudescimento



inflacionário que, após seis anos de descumprimento da meta, elevou a inflação a dois dígitos e desancorou as expectativas.

Nesse sentido, o novo governo tomou providências na direção correta e fez aprovar a emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos.

Entretanto, apesar de o teto para os gastos ser medida urgente e necessária, é insuficiente para garantir a racionalidade da despesa pública. O governo mostrou ter consciência disso ao enviar ao Congresso Nacional proposta de reforma da Previdência capaz de enfrentar a pressão gerada pelo aumento da expectativa de vida, eliminar pontos de irracionalidade no sistema atual e modificar obrigações insustentáveis que ameaçam inviabilizar o pagamento dos benefícios no futuro.

Sabe-se que inflação baixa e pouco volátil; disciplina fiscal, que permita uma dívida pública bruta sustentável com tributação de qualidade e tamanho compatíveis com os de nossos competidores; e regime cambial flexível, que absorva choques externos por meio dos sistemas de preços e de rendas, minimizando os impactos no emprego e no produto, são condições necessárias muito importantes, embora não o bastante, para o crescimento sustentável.

O crescimento da produtividade no setor agrícola precisa se estender à indústria e aos serviços. Para isso, é vital elevar a taxa de investimentos a fim de ampliar o estoque de capital por trabalhador e introduzir técnicas mais eficientes de produção.

Para ampliar o investimento de forma sustentada, sem gerar desequilíbrios externos, é preciso aumentar a taxa de poupança doméstica e, principalmente, a poupança pública.

É preciso também aumentar a qualificação de nossos trabalhadores, o outro grande motor do crescimento da produtividade. O acesso à educação de qualidade é fundamental não só para a elevação da produtividade, mas também para garantir maior igualdade de oportunidades e melhor distribuição de renda.

O Brasil tem diante de si, portanto, importantes desafios para além do equilíbrio macroeconômico e necessita promover reformas estruturais e microeconômicas que estimulem o investimento, a poupança e a produtividade.

CRÉDITO

A retração da demanda por crédito em 2016 reflete diretamente três aspectos que evoluíram de forma negativa no ano:

- queda da atividade econômica, que ainda pode ser segmentada no declínio do consumo e dos investimentos;
- processo de desalavancagem de famílias e empresas, que exigiu a redução do endividamento e do comprometimento da renda e a quitação de empréstimos, em razão das incertezas, da piora do quadro fiscal e da elevação das taxas de juros entre 2013 e 2016;
- intensa deterioração da confiança dos agentes em razão de um conjunto de fatores econômicos e políticos, que contaminou diretamente as expectativas futuras para a economia.

Esses três determinantes não atuam de forma independente, havendo uma inter-relação que implicou uma espiral desfavorável para o mercado de crédito para pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ) em 2016, o que prejudicou também a propensão à oferta de recursos pelas instituições financeiras.


A relevância da retração do consumo e dos investimentos pode ser sintetizada em alguns comparativos.

Enquanto o saldo de crédito PF direcionado cresceu 6,3% no ano, o saldo PF livre – mais ligado ao consumo – ficou praticamente estável (+0,5%). Nesse segmento, as piores quedas vieram das linhas para aquisição de veículos (-10,9%), outros bens (-9,0%) e linhas com menor qualidade de garantias, como o crédito pessoal não consignado (-1%).

Na carteira PJ, o saldo livre também caiu mais que o direcionado (-10,2% x -8,8%), com o primeiro sendo puxado pelas linhas para desconto de cheques (-29,3%), antecipação de recebíveis (-17,3%) e capital de giro (-12,3%) – ligadas à atividade comercial e industrial – e o saldo direcionado puxado pela retração da carteira com recursos do BNDES (-12,8%), mais associada aos investimentos.

Em termos prospectivos, o componente de confiança de famílias e empresários é o determinante que tem mostrado maior reversão e evolução positiva, com potencial de colaborar para gradual melhora da tomada por crédito em virtude das expectativas dos agentes, especialmente com diminuição da incerteza política após a definição da nova equipe econômica no segundo semestre de 2016.





No que tange ao segmento de crédito rural, no ano-safra 2015/2016, segundo dados do Bacen, o número total de operações contratadas foi de 2,33 milhões, ante o contingente de 2,60 milhões na safra anterior.

Apesar da tendência de redução no número de contratações, os volumes financeiros financiados cresceram. Na safra 2014/2015, o montante foi de R\$ 156,1 bilhões, enquanto na safra 2015/2016, foi de R\$ 165,8 bilhões. A grande parte destina-se a operações de custeio (61%) e de investimento (22%).

Na composição das fontes de recursos do crédito rural, cabe destacar que a partir da safra 2015/2016 passou a vigorar o direcionamento dos recursos captados pela emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para o financiamento da agricultura. Foram captados com esses títulos R\$ 13,4 bilhões ou 8,1% do total, com tendência de crescimento na participação para os próximos períodos.

A maior parcela dos volumes financiados (R\$ 54 bilhões ou 32,7% do total) ainda provém dos recursos obrigatórios (RO), com taxas fixas estabelecidas para o financiamento.

O saldo total da carteira de crédito rural em dezembro de 2016 era de R\$ 241,6 bilhões, ante R\$ 231,1 bilhões em dezembro de 2015.

JUROS E SPREAD


Em 2016, juros e spreads permaneceram em alta, o que refletiu as incertezas do quadro econômico e político, a inflação ainda em patamar elevado e os altos níveis de inadimplência decorrentes da forte retração da atividade econômica.

A taxa média de juros das operações de crédito (recursos livres e direcionados) atingiu 32,2% ao ano em dezembro de 2016, elevação de 2,5 p.p. na comparação com dezembro do ano anterior.

Entre as modalidades, no crédito com recursos livres, a taxa de juros ficou em 52,2% ao ano (+5,0 p.p. ante dezembro de 15) e, nas contratações com pessoas físicas, em 72,4% ao ano (+8,5 p.p. ante dezembro de 2015).

Quanto aos spreads do sistema financeiro, houve aumento de 4,2 p.p., alcançando 22,7% ao ano.

Sabe-se que, para reduzir os patamares elevados das taxas de juro e dos spreads no Brasil, é preciso atacar as causas.



A retração da taxa Selic requer inflação baixa e pouco volátil, maior poupança doméstica, declínio do crédito direcionado e maior segurança jurídica.

Quanto ao spread, além desses fatores, depende da redução do custo do risco de inadimplência que responde a 56% – no Brasil, é muito mais alto do que a média de países relevantes. Isso não só ocorre porque a inadimplência é elevada, mas principalmente porque a recuperação dos créditos é muito baixa em razão da lentidão do sistema judicial.

Para o spread, outro elemento essencial é a diminuição dos custos operacionais e dos custos tributários associados à intermediação financeira, que são também maiores do que em outros segmentos da economia brasileira e no setor bancário de outros países.

O fator positivo é que o governo vem se posicionando a favor dessa agenda estrutural, de longo prazo, de atacar as causas efetivas dos elevados juros e spreads praticados no Brasil. Não é um caminho fácil nem de resultados no curto prazo, mas é o único que traz resultados consistentes quando se verifica a trajetória das economias que foram bem-sucedidas nessa tarefa.

Outro elemento de otimismo é o avanço na agenda macroeconômica, em especial em relação ao equilíbrio fiscal e a queda da inflação, que abre espaço para redução efetiva dos juros e dos spreads já no decorrer de 2017.

TAXA DE INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO

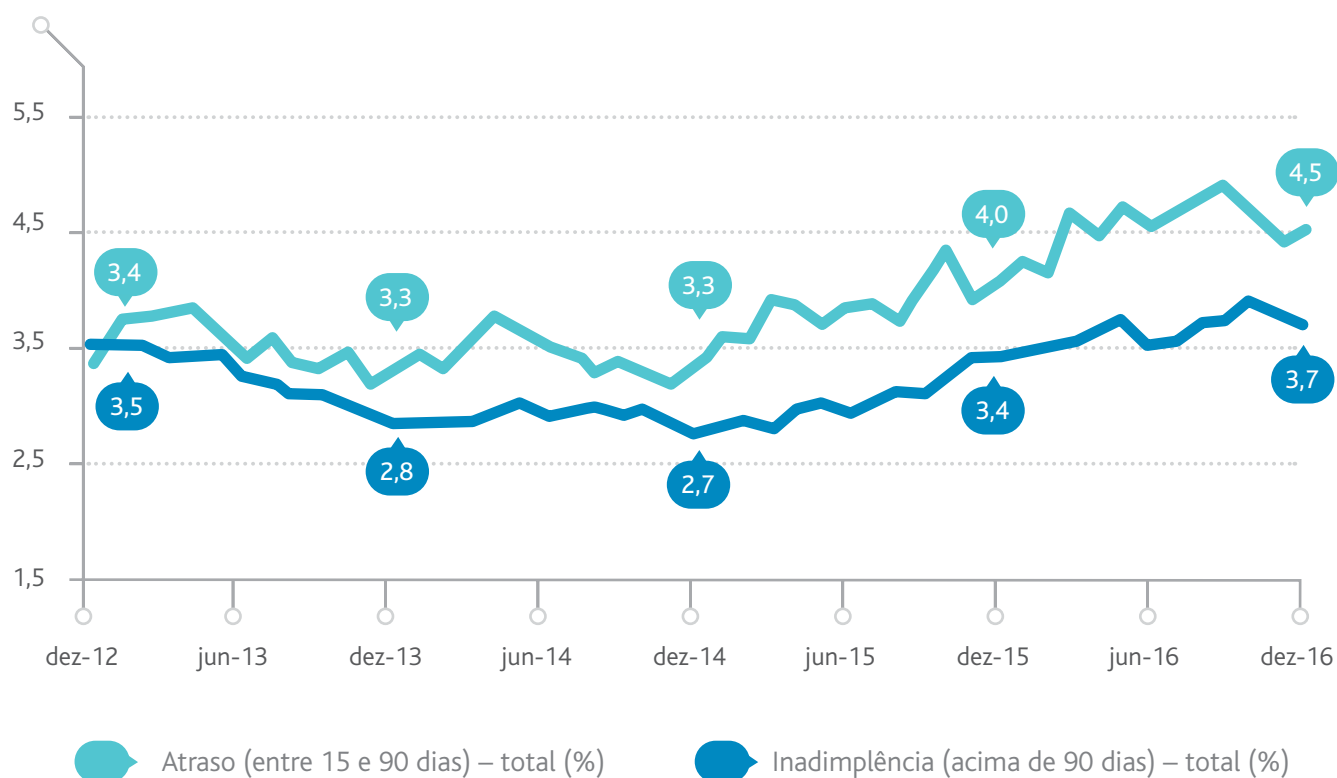
Em 2016, a inadimplência (acima de 90 dias) elevou-se na carteira de pessoas jurídicas – de 2,6% para 3,5% – e teve ligeiro recuo na de pessoas físicas – de 4,2% para 4,0%. A taxa total passou de 3,4% para 3,7%.

Os atrasos (de 15 a 90 dias) também aumentaram em relação a dezembro de 2015, de 4,0% para 4,5% no total, alcançando 3,1% em pessoas jurídicas (+0,5 p.p.) e 5,8% em pessoas físicas (+0,2 p.p.).

De modo geral, esses números estão diretamente associados ao declínio da atividade no comércio (-6,2%) e da produção na indústria (-6,6%) – agravada por restrições financeiras de empresas menores e com maior custo de financiamento. Ao mesmo tempo, a elevação da taxa de desemprego (de 9% para 12%), o aumento da informalidade e a queda dos rendimentos foram determinantes para elevação da inadimplência entre as famílias.

Os dados, entre outubro e dezembro de 2016, indicam leve arrefecimento da inadimplência tanto de pessoas jurídicas (-0,3%) quanto de pessoas físicas (-0,2%), motivado por aspectos como a renegociação de dívidas e desalavancagem dos tomadores, a redução parcial e gradativa das taxas de juro e spread, o estancamento da retração da atividade econômica e até mesmo o movimento de baixa contábil e a venda de carteiras em atraso pelas instituições financeiras.

Taxa de inadimplência e endividamento



Atraso (15 e 90 dias) – total

2015

4,0

2016

4,5

Inadimplência – total

3,4

3,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

TRANSAÇÕES COM CARTÕES

Em 2016, as transações com cartões (crédito e débito) somaram recursos de R\$ 1.137 bilhão, o que representa elevação nominal de quase 7% em relação ao valor de 2015, sendo cerca de 60% com cartão de crédito.

O número de transações em 2016 chegou a 12,4 bilhões, crescimento de 8,7% na comparação com 2015.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O sistema bancário segue contando com recursos estáveis em volume suficiente para financiar suas atividades de longo prazo.

A estrutura de captação dos bancos brasileiros não sofreu grande alteração em 2016, sendo ainda predominantemente via depósitos a prazo, de poupança e à vista, que respondem por pouco mais de 30% do total captado, bem como emissão de letras financeiras, imobiliárias e do agronegócio e repasses do BNDES, com cerca de 25%, e captações no mercado aberto, com outros 25%.

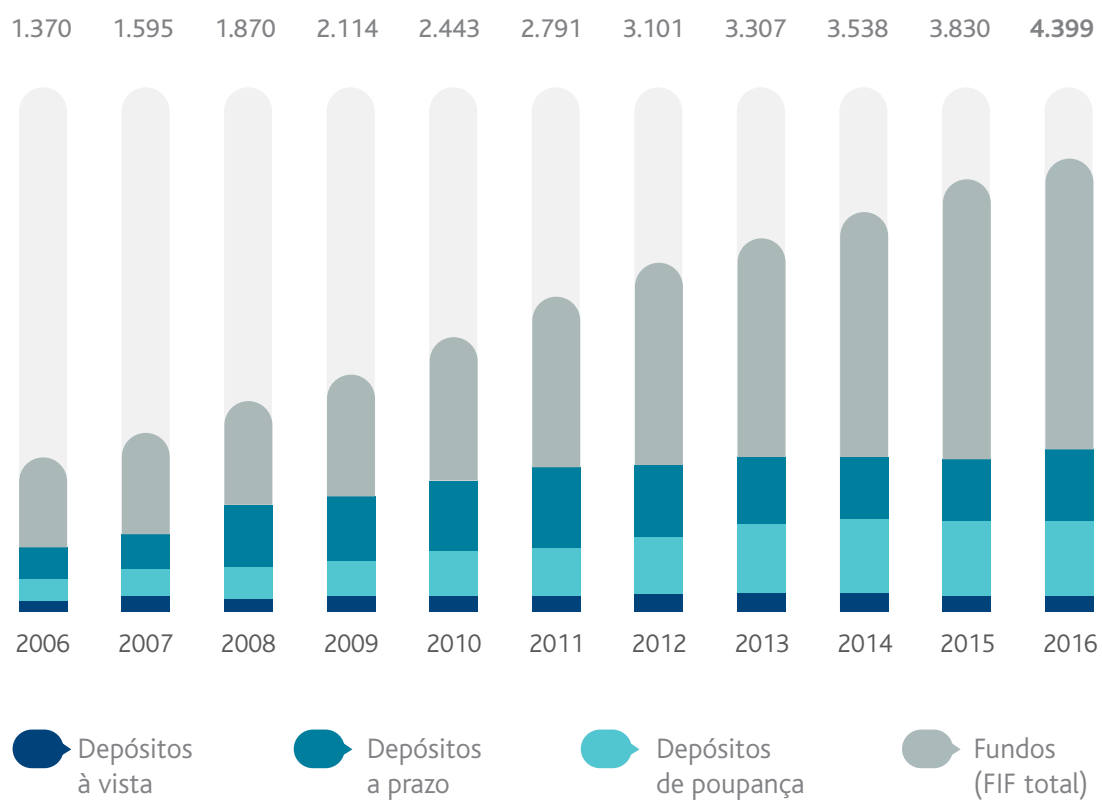
Destaca-se que, em 2016, o Bacen publicou a Resolução 4.527, que veda a realização, a prorrogação ou a renovação de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite de instituições ligadas

ou integrantes do mesmo conglomerado prudencial, para mitigar a possibilidade de contratação de operações em que o valor dos títulos utilizados como lastro tenha alta correlação com o risco de crédito da contraparte tomadora de liquidez.

A medida deverá proporcionar uma migração das operações compromissadas para outras alternativas, sobretudo os depósitos a prazo.

Observa-se ainda que a dependência de funding do exterior mantém-se baixa e não há indícios de elevação. No segundo semestre de 2016, houve redução nominal, em dólares, de 22,4% da participação das captações mantidas no exterior e de 3,8% nas captações internalizadas no Brasil.

Volume de captações (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil.

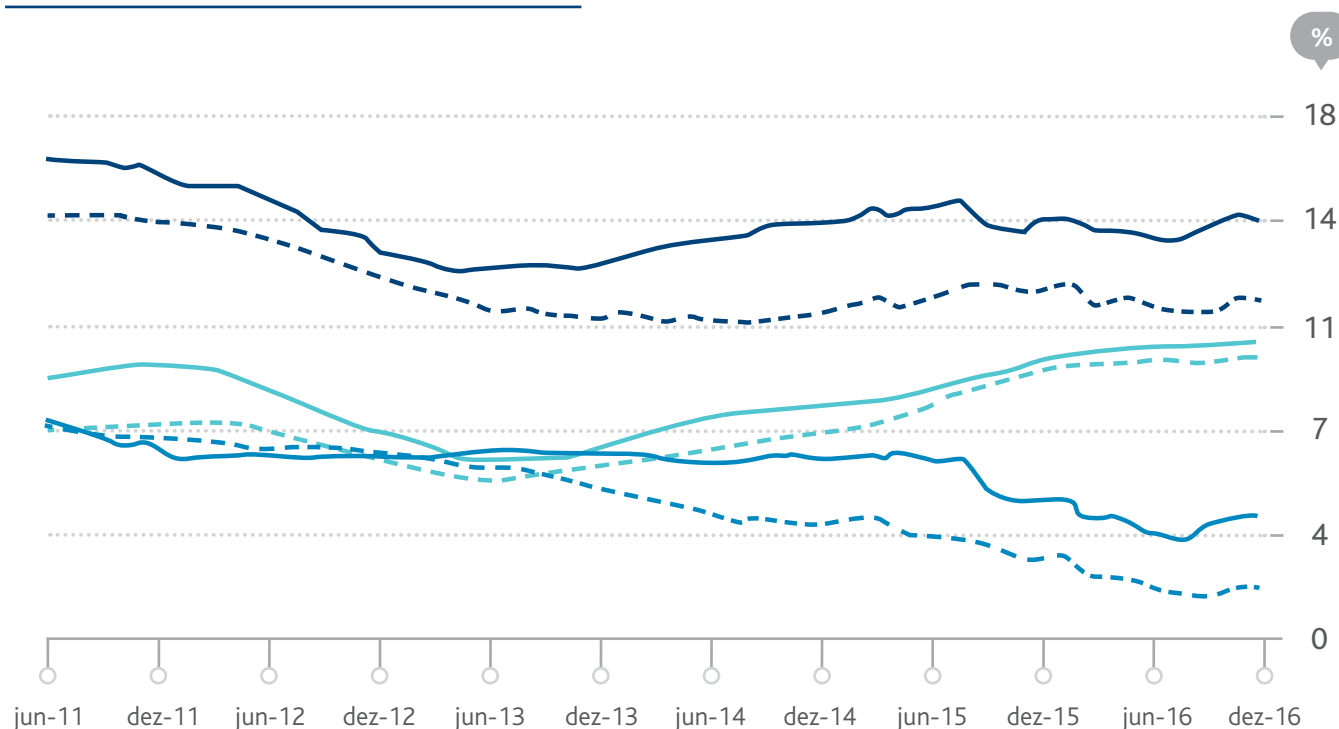
MARGEM DE CRÉDITO

A margem líquida de crédito apresentou sinais de estabilidade/elevação no fim de 2016, após um período de queda, principalmente por redução no ritmo de constituição de novas provisões em relação ao início do ano.

Não obstante a redução do crédito e o aumento de provisão terem provocado queda da rentabilidade, os resultados dos testes de estresse demonstram que há perspectiva de estabilização em 2017, o que confirma a resiliência do sistema financeiro.

A recuperação da margem líquida deve se manter diante da expectativa da redução do custo de captação dos bancos (dado o comportamento de baixa esperado para a taxa Selic), da maior rentabilidade do estoque de crédito a curto e médio prazos, do arrefecimento dos níveis de inadimplência e da menor necessidade de constituição de novas provisões.

Margem de crédito, por controle acionário



Fonte: Banco Central do Brasil.

RESILIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO – ÍNDICE DE BASEILEIA

A estabilidade financeira depende da resiliência das instituições para absorver riscos e choques. Nesse sentido, o sistema bancário apresenta sólidos índices de capitalização e baixa alavancagem, tanto em relação à regulação atual quanto às regras de Basileia III.

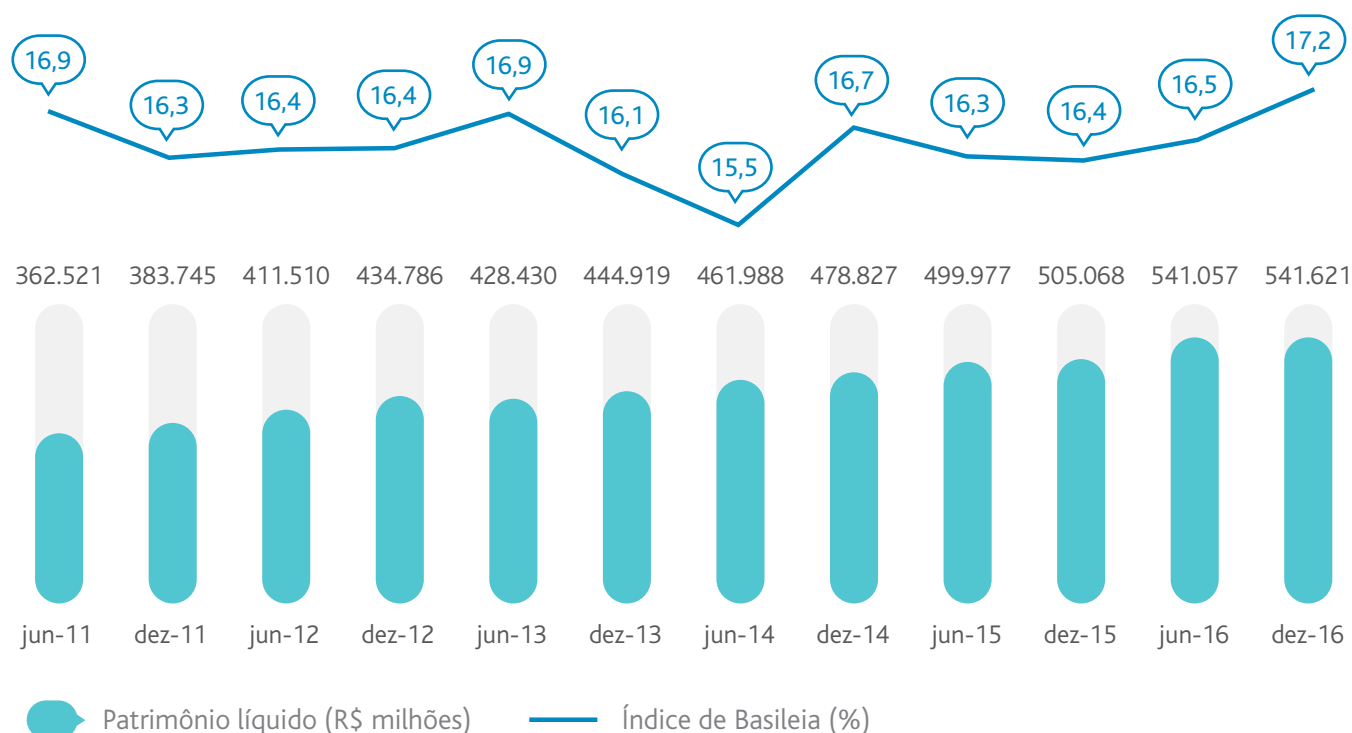
Em 2016, o sistema bancário prosseguiu operando com índices de capital bastante superiores aos requerimentos regulatórios, mesmo considerando o ambiente econômico adverso no ano, refletido no desempenho dos indicadores de rentabilidade.

A adoção das novas regras está confirmando para o mundo a boa situação de capital, liquidez e alavancagem dos bancos brasileiros, em comparação aos internacionais.

O Índice de Basileia (Capital Total) dos bancos brasileiros teve elevação em 2016 de 16,36% para 17,17%, o que confirma a adaptação dos bancos brasileiros aos novos requisitos prudenciais de Basileia III, cujo cronograma se estende até 2019.

No que se refere ao Capital Principal, de maior qualidade, os bancos registraram um índice de 12,74%, ante 11,77% em dezembro de 2015, também reforçando a solidez dessas instituições.

Evolução do Índice de Basileia



Fonte: Banco Central do Brasil.

SUMÁRIO

DE CONTEÚDO DA GRI

G4-32

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS	PÁGINA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
G4-1	6 a 9
G4-2	12 a 13 e 33 a 34
PERFIL ORGANIZACIONAL	
G4-3	11
G4-4	12
G4-5	11
G4-6	11
G4-7	11
G4-8	11
G4-9	11 e 26
G4-10	26 e 28
G4-11	26
G4-12	A FEBRABAN possui em seu cadastro 343 fornecedores ativos, que se refere à contratação de serviços de terceiros, incluindo consultoria, assessoria e auditoria; e fornecedores de bens e materiais, que atendem a todas as áreas dessa Federação. Essas empresas, em sua grande maioria, são nacionais e estão localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.
G4-13	5
G4-14	12 a 13
G4-15	14 a 15
G4-16	14 a 15
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES	
G4-17	4
G4-18	4
G4-19	4
G4-20	4
G4-21	4
G4-22	5
G4-23	5
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	
G4-24	14 a 15
G4-25	16 a 17
G4-26	16 a 17
G4-27	4 e 16 a 17

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS	PÁGINA
PERFIL DO RELATÓRIO	
G4-28	5
G4-29	5
G4-30	4
G4-31	5
G4-32	4 e 80 a 81
G4-33	5
GOVERNANÇA	
G4-34	19 a 25
ÉTICA E INTEGRIDADE	
G4-56	11 e 12

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS		
ASPECTOS MATERIAIS	INFORMAÇÃO SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	PÁGINA
CATEGORIA: ECONÔMICA		
Impactos econômicos indiretos	G4-EC7	65 a 67
	G4-EC8	39 e 65 a 66
CATEGORIA: AMBIENTAL		
Energia	G4-EN3	31
	G4-EN6	31
Produtos e serviços	G4-EN27	46; 47 a 48 e 49 a 54
CATEGORIA: SOCIAL		
SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		
Emprego	G4-LA1	29
	G4-LA2	26
	G4-LA3	26
Treinamento e educação	G4-LA9	30 a 31
	G4-LA11	26
Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-LA12	27
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE		
Políticas públicas	G4-SO6	A FEBRABAN é apolítica e não faz contribuições financeiras em outro tipo de apoio a campanhas políticas.
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
Rotulagem de produtos e serviços	G4-PR5	17; 36 e 37



CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos
Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

Roseli Rapouso do Amaral
Analista de Marketing da FEBRABAN

CONSULTORIA GRI, COORDENAÇÃO EDITORIAL E DESIGN E REVISÃO

TheMediaGroup

REDAÇÃO

Rose Jordão

